

oh



1290001057



TCC/UNICAMP C356p

RELATÓRIO FINAL DE MONOGRAFIA

DEZEMBRO DE 1990



A POLÍTICA INDUSTRIAL FRANCESA APÓS 1973

ALUNO: MATIAS CHAMBOULEYRON

ORIENTADOR: MARIANO F. LAPLANE

BANCA: WILSON SUZIGAN

GEDOC/IE

I N D I C E

Introdução	1
Desempenho e estrutura industrial	3
Inserção comercial e regional	10
Conclusões da 1ª parte	21
O governo Chirac	26
O governo Barre	29
O governo Mauroy	37
O período 1983 - 1986	53
O 2º governo Chirac	60
Conclusões	65

TABELAS

BIBLIOGRAFIA



INTRODUCAO

Este trabalho é uma tentativa de análise das várias políticas industriais implementadas pela França no período após a crise do petróleo de 73. Não se trata portanto de uma análise das razões do fracasso da política industrial, embora algumas idéias sejam levantadas, pois isto exigiria um estudo muito mais detalhado. Trata-se sim de um trabalho que pretende mostrar a articulação entre a concepção da política industrial, seus objetivos e seus mecanismos, bem como, em menor medida, mostrar como também existe uma articulação entre esta política e a política econômica de maneira geral.

Acabamos de citar a palavra "fracasso", pois concluímos, a partir do trabalho feito, que de fato as políticas industriais empreendidas não foram capazes de promover as reestruturações que eram propostas. Certamente alguns avanços foram conseguidos, principalmente nos "mega-programas". Porém de maneira geral não foi possível evitar uma invasão cada vez maior do mercado francês por produtos estrangeiros e nem tampouco evitar a perda de mercado dos produtos franceses no exterior. Enfim, não foi possível evitar uma perda geral de competitividade e de mercados.

Mas isto não quer dizer que a política industrial seja desnecessária ou não-efetiva, muito pelo contrário. É por ser a política industrial extremamente necessária que ganha relevância o estudo desta, pois só assim é possível entender (pelo menos em parte) o desempenho de uma indústria a nível local e internacional. E a política industrial é necessária pois está ocorrendo uma enorme mudança a nível produtivo em todo o mundo, e a presença do Estado se faz, como em outras ocasiões históricas, necessária para dirigir ou orientar as atividades produtivas, as formas de relação entre empregados e empregadores e para evitar que os custos sociais destas mudanças sejam

grandes demais. E deste processo de transição, as tradicionais medidas de política econômica não podem dar conta. Isto porque não se trata de gerenciar um padrão de desenvolvimento, mas de modificá-lo.

Portanto, o fracasso da política industrial francesa não nos faz concluir que esta seja inútil, mas que é preciso saber implementá-la muito bem, sob pena de não conseguir sobreviver às mudanças e entrar em declínio. Esta consideração é ainda enfatizada pelo fato do Japão e da Alemanha terem aplicado, com muito mais sucesso porque de maneira mais adequada e completa, uma política industrial. Ainda, existe a comparação válida com a Inglaterra, hoje a "lanterninha" na concorrência européia e em situação difícilíssima do ponto de vista industrial, em virtude de uma década de esquemas privatizantes e liberais. Por último, a comparação com os NPI, cujos resultados não são fruto da livre iniciativa, mas do mais completo planejamento e relacionamento entre Estado e setor privado.

Numa primeira parte, faremos um diagnóstico da situação da indústria francesa e das mudanças que ela sofreu nas décadas de 70 e 80, tanto do ponto de vista de estrutura industrial quanto de comércio e inserção internacional. Numa segunda parte, estudaremos as políticas industriais propriamente ditas, relacionando seus objetivos e as medidas que foram tomadas para atingi-los, bem como a concepção geral que estava por trás das decisões. Quando possível, é analisada a efetividade destas medidas.

DESEMPENHO E ESTRUTURA INDUSTRIAL

Se analisarmos a estrutura da indústria francesa (pela definição do INSEE) do começo da década de 70 aos preços correntes (Tabela 3), encontraremos a seguinte ordem dos setores (em termos decrescentes de importância):

-Bens Intermediários (principalmente metalurgia e trabalhos em metal, minerais e metais ferrosos, química de base e fibras sintéticas).

-Agriculturas e Alimentares (peso semelhante dos sub-itens).

-Bens de Consumo (princ. têxteis).

-Bens de Equipamento Profissional¹ (princ. construção mecânica).

-Energia (princ. produtos petrolíferos e gás natural).

-Automobilística e Material de Transporte Terrestre (doravante chamado somente Automobilística).

-Bens de Equipamento Doméstico.²

Se fizermos a mesma análise em termos dos preços constantes de 1980 não haverá grandes alterações em termos de participação relativa (embora haja na ordem), com a exceção do setor de Energia, que passará a ter maior importância. Analisando melhor a composição do item Energia, podemos perceber que esta diferença significativa se deve quase totalmente ao incremento do sub-item Produtos Petrolíferos, sugerindo que esta mudança se deva à diferença entre os níveis de preço do petróleo em 70 e 80 (mais altos neste último, que foi o usado para o cálculo).

Já em 88 temos, aos preços correntes, uma situação bastante modificada quanto a dois dos seus setores, bem como modificações internas a cada setor:

¹ Pela definição do INSEE, parece corresponder aos Bens de Capital.

² Bens de Consumo com duração maior de um ano, sendo provavelmente então na sua maioria eletrodomésticos.

- Bens Intermediários (principalmente metalurgia e trabalhos em metal, química de base e fibras sintéticas).
- Bens de Equipamento Profissional (princ. material elétrico profissional e construção mecânica).
- Bens de Consumo (têxteis, farmacêutica, impressão e edição).
- Agrícolas e Alimentares (peso semelhante dos sub-ítems, mas há uma inversão de importância).
- Energia (princ. produtos petrolíferos e gás natural, eletricidade, gás e água)
- Automobilística.
- Bens de Equipamento Doméstico.

A mesma ordem se mantém, mas o setor Agrícolas e Alimentares troca de lugar com o de Bens de Equipamento Profissional. Com uma análise em termos de preços constantes de 80, há uma pequena alteração: o setor de Bens de Equipamento Profissional e o de Bens de Consumo trocam de lugar.

Porém mais interessante do que estas modificações gerais é analisar o crescimento dos vários setores mais detalhadamente. Faremos isto considerando o período 1970/1988 e comparando as variações em termos de participação relativa. Ainda, compararemos estas variações tanto em preços correntes quanto em preços constantes de 1980. Assim, teremos tanto uma avaliação da importância da variação, quanto uma forma de medir até que ponto esta é real ou apenas um fenômeno de preços (sempre lembrando que estudar alguma variável aos preços constantes é simplesmente uma aproximação da sua evolução real).

Pela Tabela 6, podemos observar, aos preços correntes, quais os setores que mais cresceram entre 70 e 88. Ganham participação relativa os de Automobilística, Energia e Bens de Equipamento Profissional, e perdem os de Bens de Consumo, Bens Intermediários, Bens de Equipamento Doméstico e Bens Agrícolas e Alimentares.

No entanto, estas mudanças são em grande medida fruto da distorção dos preços. As variações com preços constantes nos indicam que os setores que ganham participação são: Bens de Equipamento Doméstico, Bens de Equipamento Profissional (bem mais do que aos preços correntes), Automobilística (bem menos do que aos preços correntes), Bens de Consumo; e os que perdem são: Agrícolas e Alimentares (bem menos do que aos preços correntes), Bens Intermediários, Energia. Os sub-setores que se destacam pelo crescimento são:

- Eletricidade, gás e água (70/79, 79/88)³
- Química, Farmacêutica (79/88)
- Material elétrico profissional (70/79, 79/88)
- Naval, aeronáutica, armamento (79/88)
- Impressão e edição (79/88)
- Minerais e metais não-ferrosos (70/79)
- Borracha, materiais plásticos (70/79, 79/88)

é preciso observar que o primeiro (Eletricidade...) se move de maneira inversa ao resto do seu setor (Energia). A Farmacêutica se destaca significativamente do seu, assim como a Impressão e Edição. A mesma coisa acontece com metade do setor de Bens Intermediários (não-ferrosos, Borracha..., Vidro, Química de base..., Papel...). Os sub-setores que mostram maior declínio são:

- Combustíveis minerais sólidos (70/79, 79/88)
- Couro, sapatos (70/79, 79/88)
- Minerais e metais ferrosos (70/79, 79/88)
- Produtos petrolíferos, gás natural (79/88)
- Têxteis, vestuário (70/79, 79/88)
- Material de construção (70/79, 79/88)
- Metalurgia, trabalho dos metais (70/79, 79/88)

³ Os números entre parênteses se referem aos períodos em que o crescimento foi mais significativo. Quando houver dois períodos indicados é que em ambos o crescimento foi semelhante.

Podemos observar que, salvo algumas exceções, parece haver nítidas tendências à especialização não de alguns setores, mas de sub-setores específicos dentro destes setores. Isto se aplica tanto aos setores que crescem, quanto aos que declinam. Assim, cada setor tem sub-setores nos quais se especializa e outros que abandona.

Se analisarmos, com os dados da OCDE, a década de 80 (1980/1987) (Tabelas 7 e 8), veremos que há pouca diferença entre as estruturas de participação relativa de 1987 em preços constantes (de 1980) e em preços correntes (Tabela 7). Estas diferenças existem, no entanto, nas variações das participações relativas, embora não cheguem a alterar totalmente o quadro de crescimento dos setores (Tabela 8, ordenada). As maiores diferenças entre as variações são as referentes ao setor de produtos químicos (351/2) (caso de deflação em relação à média dos preços, talvez devido à queda dos preços do petróleo nos anos 80), de vestuário (322) (inflação), de madeira e móveis (33-) (deflação) e de alimentação (311/2) (deflação).

Temos então que, segundo os dados da OCDE, os setores que cresceram de 1980 a 1987 foram o de Papel e Impressão (34-), de Madeira e Móveis (33-), de Metalmeccânica (38-), de Minerais Não-Metálicos (36-) e de Alimentos, Bebidas e Fumo (31-). Os que declinaram foram os setores de Têxteis (32-), Metalurgia (37-) e de Química (35-). Os sub-setores que se destacaram foram:

- Impressão e Edição (342)
- Estruturas Metálicas (381)
- Máquinas e aparelhos elétricos (383)
- Produtos Químicos (351/2)
- Papel e celulose (341)

π primeira vista estes resultados podem parecer contraditórios com aqueles obtidos dos dados do INSEE (para a

década de 80: tabela 5), mas não o são. Por um lado, é clara a semelhança no que concerne a setores como Material Elétrico e Impressão e Edição. Isto se aplica também à Farmacêutica do INSEE, que está contida nos Produtos Químicos da OCDE. Ainda, é preciso lembrar que o setor de Papel e Papelão do INSEE se encontra no sexto lugar em crescimento na década de 80, identificando-se com o setor de Papel e Celulose da OCDE. Por outro lado, dado que a OCDE só analisa a indústria manufatureira, não teria sentido encontrar nenhuma referência ao setor de Eletricidade, Gás e Água do INSEE. Quanto aos Minerais e Metais Não-Ferrosos, o seu crescimento se deu basicamente na década de 70, não sendo portanto encontrado nos setores de maior crescimento da OCDE. A diferença quanto aos setores Naval, Aeronáutico, Armamentos (INSEE) se deve provavelmente ao fato dos itens estarem distribuídos de maneira diferente na outra classificação. Quanto ao de Borracha e Materiais Plásticos (INSEE), o fato é que ele não está incluído na classificação da OCDE que usamos (e na qual corresponderia aos setores 355 e 356). Ainda, o setor de Estruturas Metálicas (da OCDE) deve estar incluído na rubrica Metalurgia, Trabalho dos metais do INSEE.

Já os sub-setores que declinaram foram:

- Fumo (314)
- Refinação de Petróleo (353)
- Calçados (324)
- Siderurgia (371)
- Couros (323)
- Máquinas Não-Elétricas (382)

Novamente, podemos encontrar a semelhança com os dados dos setores que declinaram do INSEE (Tabela 5). Encontramos em ambos: Couros e Calçados, o refino de Petróleo e seus derivados, Siderurgia/Metalurgia. Os Combustíveis Minerais Sólidos do INSEE não se encontram na classificação da indústria da OCDE, mas na

de extração mineral, justificando-se assim sua falta na relação acima. Os Metais Ferrosos do INSEE estão contidos na Siderurgia da OCDE, e o setor de Máquinas Não-Elétricas pode ser identificado no setor de Construção Mecânica do INSEE. Quanto ao Fumo, só uma desagregação maior do INSEE poderia nos esclarecer. Ainda restaria a explicar a omissão nos dados da OCDE sobre os setores de Madeira e Material de Construção do INSEE. Quanto a este último, provavelmente seus múltiplos componentes estão diluídos em vários setores da outra classificação.

Para os dados de emprego da OCDE (Tabelas 1 e 2), encontramos também as mesmas tendências, com algumas ressalvas. Em primeiro lugar, temos o grupo de setores de Edição e Impressão, Máquinas e Aparelhos Elétricos e Produtos Químicos que aumentam sua participação relativa no total do emprego, parecendo refletir sua maior participação relativa a nível de produção. Em segundo, o grupo de Alimentos e Bebidas, para o qual não parece haver nenhuma justificativa em termos do aumento do emprego, pois estes setores praticamente não cresceram (em participação relativa) durante os 80. Por outro lado, os setores que perdem espaço no emprego são em parte os mesmos que perdem na produção: Couros, Fumo, Siderurgia, Calçados. Talvez o fato de estes setores, que são relativamente intensivos em mão-de-obra, terem decaído explique o fato de Alimentos e Bebidas ganharem espaço: embora estes não aumentem o número de trabalhadores, o fato daqueles setores demitirem aumenta sua participação relativa. Isto implica em considerar também que o crescimento daqueles setores que aumentaram está em alguma medida distorcido por este fato. É bom não esquecermos que os dados de emprego se referem somente ao período 1980/1985, podendo daí surgirem algumas diferenças em relação aos indicadores de produção.

As conclusões apontadas acima convergem com aquelas resultantes de outro estudo⁴. Em primeiro lugar, neste estudo

⁴ CEPII. (1983), capítulos 1 e 2.

(para os anos 70 unicamente) o grande setor que cresce é o de Metálicos (que é identificável na classificação do INSEE e nas nossas conclusões pelos setores Bens de Equipamento Doméstico, Bens de Equipamento Profissional e Automobilística). O que decresce é o Agroquímico (que tem como equivalentes Agrícolas e Alimentares e Bens Intermediários). Além disso, também em relação a um nível mais desagregado de classificação os resultados convergem.

Em segundo lugar, existe também a percepção⁵ de que a França está, do ponto de vista da sua estrutura industrial, se especializando em alguns produtos, dentro de todos os setores. Isto no entanto será melhor discutido na parte de inserção comercial, onde serão considerados e qualificados outros dados.

⁵ CEPII. (1983), capítulo 2; e ORLEAN, A. (1985).

INSERCAO COMERCIAL E REGIONAL

Analisemos agora os indicadores comerciais da indústria francesa. Utilizaremos para isto os dados do INSEE (Tabelas 10, 12, 14, 16, 18, 20, todas em preços constantes de 1980).

Dentro da pauta de exportações da França, em 1970, (Tabelas 9 e 10), a ordem de importância dos setores era a seguinte:

- Bens Intermediários
- Bens de Equipamento Profissional
- Bens de Consumo
- Automobilística
- Agriculturas e Alimentares
- Energia
- Bens de Equipamento Doméstico

Em 1988, a ordem não se alterara, mas já havia grandes mudanças quanto às taxas de crescimento dos diversos setores. Os que tinham ganho espaço na pauta eram: Bens de Equipamento Doméstico, Agriculturas e Alimentares e Bens de Equipamento Profissional. Os que tinham perdido: Energia, Automobilística, Bens Intermediários e Bens de Consumo.

Em 1970, os responsáveis pela geração de superávits eram, pela ordem (Tabela 14): Automobilística, Bens de Consumo, Bens de Equipamento Profissional e Agriculturas e Alimentares. Em 1988, só dois setores respondiam pelos superávits: Automobilística e Agriculturas e Alimentares (70% e 30% respectivamente). Isto é, houve uma limitação na capacidade de geração de superávits a apenas dois setores na indústria, pois os setores de Bens de Consumo e de Bens de Equipamento Profissional passaram a se tornar deficitários. Houve portanto uma deterioração da pauta comercial.

Este fato parece se tornar ainda mais perigoso se levarmos em conta (Tabela 10) que a Automobilística passou a exportar menor parte da sua produção de 1970 para 1988. Um outro setor que apresentou grande queda na sua parte exportada foi o de Bens de Equipamento Doméstico. Talvez possamos explicar estes fatos pela concorrência (principalmente japonesa) nos mercados externos (mais no caso da Automobilística) e no mercado interno (mais no caso dos Domésticos). Os setores que apresentaram um aumento da sua taxa de exportação foram o de Bens Intermediários, de Agrícolas e Alimentares, e, em menor medida, o de Bens de Equipamento Profissional e o de Bens de Consumo. Assim, parece estar havendo um processo de especialização nas exportações nos dois primeiros setores mencionados. Com relação às importações, em 1970 a pauta era composta por, na ordem: (Tabela 12)

- Energia
- Bens Intermediários
- Bens de Equipamento Profissional
- Bens de Consumo
- Agrícolas e Alimentares
- Automobilística
- Bens de Equipamento Doméstico

Mas em 1988 a pauta de importações tinha se alterado significativamente:

- Bens Intermediários
- Bens de Equipamento Profissional
- Energia
- Bens de Consumo
- Automobilística
- Agrícolas e Alimentares
- Bens de Equipamento Doméstico

Os setores que mais cresceram em participação na pauta de importações foram os de Bens de Equipamento Doméstico, Bens de Consumo, Automobilística e Bens de Equipamento Profissional. Aqueles que caíram, Energia e Bens Intermediários. Quanto à composição do déficit (Tabela 16), em 1970 ele era composto em 90% por Energia, ficando o resto para Bens Intermediários. Já em 1988, o déficit estava dividido entre 5 setores, mas ainda sob a liderança da Energia (60%). Esta é seguida pelo setor de Bens Intermediários, de Bens de Consumo, de Bens de Equipamento Doméstico e de Bens de Equipamento Profissional. Deve-se registrar o enorme crescimento do setor de Bens de Equipamento Doméstico na participação da pauta, bem como a queda significativa do item Energia e um razoável crescimento dos Bens Intermediários.

Em 1970, a ordem dos setores comparando-se suas taxas de penetração de importações era (Tabela 20):

- Energia
- Bens de Equipamento Doméstico
- Bens Intermediários
- Bens de Equipamento Profissional
- Automobilística
- Bens de Consumo
- Agrícolas e Alimentares

Em 1988 esta situação já tinha se alterado substancialmente:

- Bens de Equipamento Doméstico
- Automobilística
- Bens de Equipamento Profissional
- Bens Intermediários
- Energia
- Bens de Consumo
- Agrícolas e Alimentares

Em 1970, o índice médio de penetração das importações era de 19, 01%. Em 1988, de 31, 08%. Isto é, tinha aumentado 63, 48%. Os setores cuja taxa de penetração mais aumentou foram os de Bens de Consumo, Bens de Equipamento Doméstico, Automobilística e Agrícolas e Alimentares. Todos estes, com exceção do último, são setores que sabemos passaram por algumas alterações significativas. Quanto ao primeiro, houve uma alteração dos produtores a nível mundial, com o surgimento dos exportadores do terceiro mundo e NIC's. Quanto ao segundo e terceiro, foram submetidos à forte concorrência japonesa (e asiática de maneira geral), o que talvez explique a sua abertura.

Continuaremos analisando agora o desempenho comercial, mas a partir de informações mais desagregadas sobre tipo de produtos e regiões de comércio, e somente para a década de 80 (novamente os dados serão do INSEE).

Com relação à pauta de IMPORTAÇÕES, podemos observar (Tabela 22) que em 1980 os setores mais importantes em termos de importação eram (na ordem):

- Energia.
- Bens intermediários.
- Bens de equipamento profissional.
- Bens de consumo.
- Agrícolas e alimentares.
- Automobilística.
- Bens de equipamento doméstico,

sendo que os dois primeiros correspondiam a mais de 50% do total, e os quatro primeiros a mais de 80%. Além disso, observa-se que as importações oriundas da CEE são responsáveis por 50% do total, seguida pelas do Mundo s/ OCDE (32 %) e pelas da OCDE s/ CEE (17%).

A CEE é, em todos os tipos de produtos (mas com exceção de Energia), majoritária na sua participação. As mais significativas participações se dão contudo nos setores de Bens intermediários, Bens de equipamento profissional e Bens de consumo. No caso da OCDE s/ CEE, suas maiores participações são nos setores de Bens de equipamento profissional, Bens intermediários e Bens de consumo (embora sejam menores que as da CEE). Já o Mundo s/ OCDE possui importância basicamente em Energia, Bens intermediários, e Bens de consumo (mas com participações inferiores às das outras regiões).

Em 1987, a ordem dos setores tinha se modificado:

- Bens intermediários.
- Bens de equipamento profissional.
- Bens de consumo.
- Energia.
- Automobilística.
- Agrícolas e alimentares.
- Bens de equipamento doméstico,

com a Energia passando para o quarto lugar e a Automobilística do sexto para o quinto. Novamente, a CEE é a região com maior participação, mas agora seguida pela OCDE s/ CEE e não mais pelo Mundo s/ OCDE, que passa para o terceiro lugar.

A CEE continua tendo a liderança em todos os setores (com a exceção de Energia), com maiores participações em Bens Intermediários, Bens de equipamento profissional e Bens de consumo. A OCDE s/ CEE também continua com suas maiores participações nos setores de Bens de equipamento profissional, Bens Intermediários e Bens de consumo. O Mundo s/ OCDE as possui em Energia, Bens de consumo e Bens Intermediários.

De 1980 a 1987, os setores que crescem em termos de importações são:

- Automobilística (principalmente Mundo s/ OCDE e CEE).
- Bens de equipamento doméstico (princ. Mundo s/ OCDE).
- Bens de equipamento profissional (princ. Mundo s/ OCDE e OCDE s/ CEE).
- Bens de consumo (princ. Mundo s/ OCDE).
- Agriculturas e Alimentares (princ. CEE).

Já os que decaem:

- Energia (princ. Mundo s/ OCDE).
- Bens Intermediários (princ. Mundo s/ OCDE e OCDE s/ CEE).

A princípio, parece estranho que a participação total do Mundo s/ OCDE caia enquanto que em muitos setores ela sobe. Mas isto é uma distorção causada pelo fato de que a participação no item Energia era muito grande em 1980, tendo caído enormemente (71%) e "puxando" a média para baixo.

Em termos de parceiros comerciais (Tabela 26), em 1981 o principal eram os países da OPEP, seguidos pela Alemanha, Outros países, Itália, Estados Unidos e Bélgica e Luxemburgo (juntos). Já em 1987 a situação se alterara bastante, com a ordem sendo: Alemanha, Itália, Outros países, Bélgica e Luxemburgo (juntos), Estados Unidos e Grã-Bretanha. Os maiores crescimentos nas importações durante o período se deram contudo com outros países: Portugal, Japão, Espanha, Irlanda, Dinamarca. No entanto, deve-se registrar que não somente a Itália e a Grã-Bretanha são importantes parceiros comerciais, como também seu crescimento foi acima da média européia (da CEE). Os países que perderam espaço dentro da pauta foram: os da OPEP, os do Leste, a Grécia, os Estados Unidos e a Holanda.

Com relação às EXPORTAÇÕES (Tabela 21), a ordem de importância de cada setor era:

- Bens Intermediários.
- Bens de equipamento profissional.
- Bens de consumo.
- Automobilística.
- Agrícolas e Alimentares.
- Energia.
- Bens de equipamento doméstico,

com os dois primeiros somando mais de 50% do total e os quatro primeiros mais de 80%. As maioria das exportações vai para a CEE (54%), seguida pelo Mundo s/ OCDE (30%) e por último pela OCDE s/ CEE (16%).

Em sua maioria, as exportações vão para a CEE (com exceção dos Bens de equipamento profissional), principalmente nos setores de Bens Intermediários, Bens de equipamento profissional, Automobilística e Bens de consumo. As participação das exportações para a OCDE s/ CEE são mais importantes nos setores de Bens Intermediários, Bens de equipamento profissional e Bens de consumo. Já as do Mundo s/ OCDE: Bens de equipamento profissional, Bens Intermediários, Agrícolas e Alimentares, Automobilística.

Em 1987, a ordem dos setores não se alterara. Tampouco se alteram os setores que são mais importantes para cada região, com a exceção da Automobilística que ganha importância na OCDE s/ CEE, e dos Bens de consumo que ultrapassa os Agrícolas e Alimentares e a Automobilística (Mundo s/ OCDE).

Quanto ao crescimento de cada setor, os que crescem em termos de exportações são:

-Bens de equipamento doméstico (principalmente OCDE s/ CEE, CEE).

-Bens de equipamento profissional (princ. OCDE s/ CEE, CEE).

-Bens de consumo (princ. OCDE s/ CEE).

-Automobilística (princ. OCDE s/ CEE, CEE).

e os que decaem:

-Bens Intermediários (princ. Mundo s/ OCDE, tendo inclusive as outras regiões crescido).

-Agrícolas e Alimentares (princ. Mundo s/ OCDE, com a mesma observação).

-Energia (princ. Mundo s/ OCDE, embora todos caiam).

Quanto aos principais parceiros comerciais, estes eram, em 1981 (Tabela 25): Outros países, Alemanha, Itália, os da OPEP, a Bélgica e o Luxemburgo (juntos) e a Grã-Bretanha. Já em 1987: Alemanha, Itália, Outros países, Bélgica e Luxemburgo, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Os países que mais cresceram na pauta de exportações foram: Espanha, Japão, Estados Unidos, Dinamarca e Grã-Bretanha. Destacam-se aí os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que já eram parceiros importantes. Os países que perdem espaço são: os da OPEP, os do leste, Outros países (que mesmo assim continuam sendo importantes), Grécia e Irlanda.

Se analisarmos a composição do DEFICIT (Tabela 23), veremos que em 1980 este era composto por:

-Energia (princ. Mundo s/ OCDE), (66%)

-Bens Intermediários (princ. CEE).

-Bens de equipamento doméstico (princ. CEE e OCDE s/ CEE).

-Bens de consumo (princ. CEE).

Cabe observar que o déficit dos Bens de consumo deriva unicamente de um déficit com a região da CEE, que não é compensado pelos superávits nas regiões OCDE s/ CEE e Mundo s/

OCDE. Ainda, que o setor de Bens de equipamento profissional só não é deficitário porque o superávit com o Mundo s/ OCDE compensa dois enormes déficits com a CEE e a OCDE s/ CEE. Por último, observemos (Tabela 27) que em 1980 o déficit total era composto em 25% pela CEE, 15% pela OCDE s/ CEE e 60% pelo Mundo s/ OCDE.

Em 1987 o quadro se modificara, com a perda de espaço do déficit de Energia (embora continuasse sendo o mais importante) e com o crescimento dos outros déficits e aparecimento de um novo:

- Energia (princ. Mundo s/ OCDE).
- Bens de consumo (princ. CEE).
- Bens Intermediários (princ. CEE).
- Bens de equipamento doméstico (princ. OCDE s/ CEE e CEE).
- Bens de equipamento profissional (princ. OCDE s/ CEE), (novo déficit).

Os setores que mais ampliam suas participações no déficit total são: Bens de consumo (princ. Mundo s/ OCDE), Bens de equipamento doméstico (princ. Mundo s/ OCDE) e Bens Intermediários (princ. CEE). Os que as reduzem: Energia (princ. Mundo s/ OCDE). Ainda, a CEE passa a ser responsável por 50% do déficit, a OCDE s/ CEE por 20% e o Mundo s/ OCDE por 30%.

Com a Tabela 27 podemos observar que os parceiros responsáveis pelos maiores déficits em 1981 eram: OPEP (44%), Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Japão e Outros da Ocde.

Em 1987, a situação muda significativamente, com a participação majoritária da CEE no déficit total, seguida pela OCDE s/ CEE. Além disto, mudam também os responsáveis pelos déficits, passando a ser: Alemanha (33%), Japão, Outros da Ocde, Holanda, países do Leste e Bélgica e Luxemburgo (juntos).

Em termos de crescimento, deve-se salientar que a França se torna deficitária em relação a Outros Países e à Itália. Os maiores crescimentos são de: Irlanda, Bélgica e Luxemburgo, Japão e Alemanha. As maiores quedas: OPEP, Estados Unidos, Países fora da Ocde e Holanda.

Analisemos agora a composição do SUPERÁVIT (Tabela 24). Temos os seguintes setores gerando-o em 1980:

- Bens de equipamento profissional (só com o Mundo s/ OCDE).
- Automobilística (princ. Mundo s/ OCDE e CEE).
- Agrícolas e Alimentares (princ. Mundo s/ OCDE).

Além destes setores, há algumas regiões em que a França é superavitária com alguns produtos, como o Mundo s/ OCDE em Bens Intermediários, Mundo s/ OCDE em Bens de consumo e OCDE s/ CEE em Bens de consumo. Além disso, note-se que a CEE é responsável pela geração de apenas 10% dos superávits, ficando a OCDE s/ CEE com 6% e o Mundo s/ OCDE com 84%.

Em 1987, os responsáveis pelos superávits são:

- Automobilística (princ. Mundo s/ OCDE).
- Agrícolas e Alimentares (princ. OCDE s/ CEE).

Deve-se notar que além destes setores há outros (porém em algumas regiões somente) que são responsáveis pelo superávit. É o caso em particular dos Bens de equipamento profissional e dos Bens Intermediários em relação ao Mundo s/ OCDE, e dos Bens de consumo em relação à OCDE s/ CEE. Ainda, o comércio com a CEE praticamente não cria superávit (menos de 1%), enquanto que a OCDE s/ CEE passa a ser responsável por 20% e o Mundo s/ OCDE se mantém como principal gerador com 80%.

Entre 80 e 87 alguns setores vão se tornar deficitários, tais como os Bens de equipamento profissional (onde o superávit

com o Mundo s/ OCDE não é mais capaz de compensar os déficits com a CEE e a OCDE s/ CEE), os Agrícolas e Alimentares (CEE) e os Bens de consumo (Mundo s/ OCDE). Simultaneamente, os dois setores responsáveis pelos superávits vão perder espaço no seu total, sendo compensados pelo crescimento dos superávits obtidos das regiões OCDE s/ CEE (Agrícolas e Alimentares, Bens de consumo e Automobilística) e Mundo s/ OCDE (Bens Intermediários e Bens de equipamento profissional) (conforme Tabela 24 à direita).

Os países com os quais a França tem superávit são, em 1981: (Tabela 28) Outros países, Suíça, os DOM-TOM, Itália, Grã-Bretanha, Portugal e Grécia. Os dois primeiros participando de quase 60% dos superávits, e os quatro primeiros de 80%. Em 1987 há diminuição de dois países que se tornam deficitários (Itália e Outros países) e aumento de um que se torna superavitário (Espanha). Os países superavitários são: DOM-TOM, Suíça, Grã-Bretanha, Espanha, Grécia e Portugal (este último praticamente não participa no total do superávit gerado). Os dois primeiros respondendo por 65% dos superávits e os três primeiros por 85%. Os que mais crescem em participação no total são os DOM-TOM, seguidos pela Grã-Bretanha e Suíça. Cai Portugal.

CONCLUSOES

Pode-se concluir, a partir dos dados acima expostos, que:

A França segue as tendências de produção dos países desenvolvidos como um todo, muito embora haja diferenças de crescimento entre sub-setores em cada país. As pautas de exportações e importações se diversificam, com os setores menores ganhando espaço. Isto poderia ser a prova de que de fato a França está num movimento de especialização "intra-branche"⁶. Acreditamos, no entanto, que esta conclusão deva ser relativizada, pois nossos dados não mostram que a França seja competitiva por produto, mas sim por região (embora os dados estejam muito agregados como para separar produtos ou sub-setores).

Por outro lado, a conclusão de Bertrand⁷, de que teria havido uma mudança na "base de acumulação" (com o aumento dos bens para exportação), pode ser confirmada, desde que se considere um aumento não dos bens de consumo, mas dos bens pesados. De fato, as taxas de exportação de Bens Intermediários e de Bens de Equipamento Profissional são muito superiores à média, (50% e 40% respectivamente), confirmando a suposição de que são as exportações destas que puxam a produção. Ainda, em quase todos os setores pesados (Bens Intermediários, Bens de Equipamento Doméstico, Bens de Equipamento Profissional e Automobilística) as taxas de penetração de importações são acima da média. A única exceção é o setor de Bens de Consumo, mas este é na verdade o setor cuja taxa de penetração mais cresceu nas

⁶ Para ORLEAN, este movimento é o fato de um país se especializar em alguns produtos, mas em todos os setores. Opõe-se assim ao movimento "inter-branche", que é se especializar em todos os produtos de alguns setores. Este último seria a tendência do Japão e da Alemanha, que é até mais vantajoso, pois os setores competitivos são capazes de puxar tecnológica e conomicamente os outros, já que geram efeitos "para trás" e "para a frente" mais fortes.

⁷ BERTRAND, H. (1986). Ver revisão bibliográfica do projeto.

décadas de 70 e 80. Assim, de fato parece haver confirmação de que a produção se encaminha para o setor externo e é incapaz de suprir o interno.

Há uma maior integração da França com o resto dos países desenvolvidos, tanto a nível de exportações como de importações. Contrastando com isto, há uma queda na participação dos países subdesenvolvidos no comércio com a França. No entanto, a integração acima referida não se processa igualmente em todas as regiões: no caso da CEE, a participação desta nas importações francesas cresce mais rapidamente do que a das outras regiões. Por outro lado, cresce também mais do que as exportações francesas para sua região. Já no caso da OCDE s/ CEE ocorre o inverso: a participação das exportações francesas para a OCDE s/ CEE cresce mais rapidamente do que a das outras regiões, ao mesmo tempo em que cresce mais rapidamente do que as importações da OCDE s/ CEE. Todo este movimento se dá em detrimento da participação das exportações e importações dos países subdesenvolvidos, que perdem terreno. Há portanto um movimento de "especialização" : a França importa cada vez mais da CEE e exporta cada vez mais para a OCDE s/ CEE.

Há portanto também uma confirmação das características levantadas por Bellon⁸: a França é cada vez mais dependente do "espaço ocidental" (países desenvolvidos, seja nas importações, seja nas exportações); ela sofre a concorrência dos NIC's; e perde os mercados de países subdesenvolvidos (exceto talvez os DOM-TOM). Ainda, se consolida uma conclusão já por ele apontada: deve-se considerar cada mercado como possuidor de características próprias conformando uma região. Já apontamos a particularidade da inserção francesa, não por produto, mas por região. Assim, ganha importância especial o fato de se considerar quais as características das regiões com as quais a França comercia.

⁸ BELLON, B. (1983). Ver revisão bibliográfica do projeto.

Mais concretamente, a França possui como parceiros comerciais mais importantes: Alemanha, Itália, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Bélgica e Luxemburgo, bem como países subdesenvolvidos que não sejam da OPEP nem do Leste europeu. A participação destes últimos tende a cair, embora ainda sejam de importância fundamental.

A França tende a importar cada vez mais de Portugal, Espanha, Japão, Itália e Grã-Bretanha, e a exportar mais para Espanha, Japão, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Observe-mos que há dentre estes países alguns que já constituem importantes parceiros comerciais. Assim, também parece haver aqui uma certa especialização dos mercados, sejam consumidores, sejam fornecedores. Com relação aos parceiros da CEE, é importante frisar, como faz Orlean⁹, que, com a Alemanha, a França se situa em posição favorável no setor agrícola, mas desfavorável no manufactureiro. A mesma situação se repete com a Grã-Bretanha e a Itália (favorecidos na energia e nos bens de consumo respectivamente). Ainda, note-se que todos os setores nos quais a França é favorecida se transformam em setores não favorecidos perante a Alemanha quando se os considera unicamente dentro da CEE e não no resto do mundo. Este é devido ao fato dos produtos fortes franceses serem concorrentes dos alemães, coisa que não acontece por exemplo com os italianos (complementares aos alemães). Isto poderia confirmar nossa suposição de que os produtos franceses (pelo menos os industriais) não são competitivos face a outros países desenvolvidos, como a Alemanha, tendo de procurar mercados externos à CEE para suas exportações.

Quanto aos saldos comerciais, a participação dos déficits dos países desenvolvidos no total do déficit produzido tende a crescer (principalmente a da CEE), mostrando com isto que os produtos franceses não conseguem se impor nos mercados (internos ou externos) em que concorram produtos de outros países

⁹ ORLEAN, A. (1985), página 33-34.

desenvolvidos. Ainda, o número de setores em que a França é deficitária cresceu. Em particular, o setor de Bens de equipamento profissional é deficitário com os países desenvolvidos. Mas há também que se citar que os maiores crescimentos em termos de déficit são dados em relação ao Mundo s/ OCDE e nos produtos Bens de Consumo e Bens de Equipamento Doméstico. Para Jousselein¹⁰, isto se dá porque os países subdesenvolvidos começaram a invadir mercados que eram antes dos países desenvolvidos. É o caso dos países asiáticos nos setores têxtil e eletrônico principalmente, mas também em outros, tais como construção, automobilística, aço, construção naval, etc. É o caso também dos países da América Latina, com os produtos alimentícios, os têxteis, a metalurgia e a eletrônica (via multinacionais). Por último, a Europa Meridional também se desenvolve nos mercados têxteis, de madeira, da construção, alimentício, de produtos metálicos.

Já a participação dos superávits dos países subdesenvolvidos no total dos superávits gerados continua sendo amplamente majoritária (80%), mas observa-se um crescimento daquela dos países desenvolvidos. Por outro lado, os superávits não se dão mais por grandes setores, mas por regiões específicas. Assim, os superávits com os subdesenvolvidos provêm principalmente dos DOM-TOM, enquanto que os dos desenvolvidos da Suíça e da Inglaterra.

As considerações acima sugerem que a França está num processo perverso de perda de competitividade, já que perde espaço na CEE e seu principal gerador de superávits são os países subdesenvolvidos. Esta constatação pode ser agravada se se pensar que os superávits não são por tipo de produto, mas por região, o que pode significar que os produtos franceses não são de fato competitivos o suficiente como para se impor tanto na CEE quanto na OCDE s/ CEE. Por outro lado, o fato de haver expansão das exportações e superávite franceses nos países da

¹⁰ JOUSSELIN, B. (1986).

OCDE e/ CEE poderia eventualmente contrabalançar esta tendência, mas só se de fato houver um ganho de competitividade e não simplesmente um avanço em cima da ineficiência norte-americana.

O GOVERNO CHIRAC (1973 - 1976): A RESPOSTA A CRISE

Face à crise do petróleo, a reação do governo francês foi muito semelhante àquela esboçada pelos outros países avançados do ocidente. Considerou-se, na época, que era possível evitar os efeitos do brutal aumento de preços do petróleo. Assim, a resposta da política econômica durante o período foi assegurar a manutenção do nível de atividade interna. Era portanto uma concepção keynesiana de como deveria ser enfrentada a nova situação, que parecia ser apenas um desajuste temporário.

Assim, na esfera monetária não houve aperto, muito pelo contrário, pois visava-se a manter baixas as taxas de juros para estimular os investimentos. Na esfera distributiva, procurou-se conter um eventual movimento que tendesse a aumentar excessivamente a participação dos lucros no total da renda. Dentro desta linha, tentou-se manter o poder de compra dos salários via aumentos salariais, bem como consolidaram-se mecanismos de apoio ao desempregado, ao mesmo tempo em que se passava a controlar os preços. No setor externo, tentou-se assegurar o equilíbrio da balança comercial com a concretização de grandes contratos com o exterior, paralelamente a uma série de desvalorizações cambiais.

Com o aumento do déficit público, da inflação e da oferta de moeda foi inclusive ensaiada uma política mais austera em meados de 1974. Porém a queda da produção industrial (12% !) e o aumento do desemprego (100% !) em apenas seis meses fizeram com que se afirmasse a convicção da necessidade de se manter a todo custo uma política expansiva. Assim, já em 1975 o governo iniciou um plano de recuperação com investimentos e obras.

Com relação à política industrial propriamente dita, não houve grandes mudanças relativamente ao período anterior, o que é compatível com a concepção do momento mencionada acima.

Continuou-se tentando privilegiar a formação de grandes empresas (como acontecera na década de 60 com os setores de química, aço, vidro, produtos metálicos, eletrônica, têxteis) afim de enfrentar as grandes corporações estrangeiras. Também mantiveram-se as restrições às tentativas de entrada de capital estrangeiro que não se dessem por implantação de nova capacidade produtiva. Por outro lado, reforçaram-se os mecanismos de estímulo à exportação (juros subsidiados, seguros, empréstimos, etc), principalmente para os países produtores de petróleo, agora fortemente capitalizados (incluindo a realização dos grandes contratos mencionados acima com os países de mais antigo relacionamento histórico).

As políticas setoriais continuaram sendo direcionadas seja para os setores decadentes ou enfrentando dificuldades (aço, construção naval, carvão, papel), seja para os setores estratégicos nos quais não era desejável a dependência tecnológica (setores ligados à atividade militar ou de energia). Ainda, proseguiu-se na tentativa de estimular a implantação de indústrias em regiões mais atrasadas ou passando por dificuldades (como aquelas que possuíam os setores citados acima, notadamente as de carvão). Cumpriu importante papel nesta tarefa a "Delegation à l'Amenagement du Territoire", órgão de análise da distribuição regional das atividades produtivas.

A novidade foi, embora seguindo a tradição do pós-guerra de formular grandes programas setoriais, a definição de algumas novas áreas prioritárias que passariam a contar com todo apoio. Estas eram: aérea e espacial, informática, telecomunicações e energia nuclear. Ainda, é colocado em prática um mecanismo de assistência financeira às empresas em dificuldade (e cujo peso no emprego ou região fosse minimamente significativo), afim de evitar demissões. Foi criado para isto o CIASI (Comité Interministeriel d'Amenagement des Structures Industrielles).

Destes programas, alguns tiveram êxito, como é o caso do nuclear, de telecomunicações e do espacial. Com relação ao primeiro, hoje a França possui o primeiro lugar em construção de centrais nucleares, produzindo a maior parte de sua energia elétrica e ainda exportando parte da sua produção. Com relação ao segundo, o sistema de telecomunicações francês é considerado um dos mais modernos, sendo também exportado. Já o último conseguiu desenvolver-se a ponto de conseguir colocar satélites em órbita (Ariane, do qual a França é responsável por 70% de sua realização) e mesmo resistir à concorrência americana. Outros, como a informática, fracassaram (pelo menos até à metade da década de 80).

A realização destes "mega-programas" sempre suscitou alguma oposição, seja de grupos ecologistas (caso evidente do programa nuclear), seja de setores tecnocráticos que consideram que a priorização se dá de forma excessiva, comprometendo outros setores que deveriam também receber atenção. Para Lipietz¹, o fato do governo considerar que com o keynesianismo era possível superar a crise demonstra o total desconhecimento da verdadeira natureza da crise. Para ele, esta se deve ao esgotamento do chamado modelo "fordista" de acumulação, isto é, ao esgotamento de uma dada estrutura econômica, definida por um padrão de consumo, por um padrão de produção e por um padrão de distribuição. Desta maneira, considera ele que uma recuperação só seria possível com a criação de um modelo, o que passa por redefinir toda uma série de relações entre os agentes econômicos (e sociais de maneira geral). Além disto, a recuperação baseada na manutenção do nível interno de demanda seria impraticável, pois este não seria capaz de sustentar o nível de atividade, dada a grande importância do setor externo para o desempenho da economia.

¹ LIPIETZ, A. (1987).

O GOVERNO BARRE (1976 - 1981): DEFINE-SE UMA POLITICA INDUSTRIAL

Neste governo há uma mudança na concepção de qual deve ser a reação do país à situação gerada pela crise do petróleo. Para a nova administração, é preciso adaptar-se às condições da demanda mundial. É reconhecido assim o papel do setor externo enquanto influência não-desprezível sobre o nível de atividade interna. Ainda, toda a ênfase é colocada sobre aquele, e o objetivo passa a ser então acompanhar o processo de internacionalização e a conquista dos mercados externos. Abandonava-se assim o objetivo de um "crescimento nacional equilibrado"¹.

A base da nova política industrial do governo será a "politique des créneaux" (política de nichos). Esta parte da constatação de que: o país não tendo recursos produtivos de base em quantidade suficiente (e portanto precisando comprá-los no exterior) e ao mesmo tempo não tendo um mercado interno muito grande, é preciso especializar-se competitivamente (para poder exportar e assim compensar as importações). Mas dado que não é possível especializar-se em todos os setores (pois os recursos humanos, de capital e técnicos são limitados) e dado também que existem certos setores novos para os quais a demanda mundial está se direcionando, é preciso então conseguir a hegemonia sobre estes setores (principalmente aqueles de alto valor agregado e cuja demanda internacional esteja crescendo muito).

Isto implica em traçar uma estratégia que possibilite às empresas nacionais ter a flexibilidade suficiente como para serem capazes de se expandirem nestes novos setores, bem como possibilite também a retração dos setores decadentes e portanto "condenados". A saída destes setores se justifica pelo fato de se considerar que fatalmente ocorrerá uma saturação dos mercados, o que levará a uma guerra de preços que limitará o

¹ Lipietz, A. (1987), página 10.

crescimento econômico no futuro. Desta maneira, é preciso investir e "desinvestir" ao mesmo tempo, dependendo dos setores. É a estratégia do "redéploiement" (reorganização).

Por outro lado, esta estratégia representava também uma mudança no que concerne à concepção sobre a responsabilidade pela adaptação industrial. Até o governo Barre, fora sempre o Estado o responsável por esta adaptação (que fora necessária após a guerra). Agora, eram a iniciativa privada, as empresas, as responsáveis pelas ações de reestruturação. Como decorrência disto, a ação do Estado no período passou a ser menos "dirigista" do que no passado. Deve-se ressaltar, no entanto, que o governo assumiu sua disposição em continuar intervindo na economia. Assim, o Estado:

"...caminharia sobre duas pernas: a do liberalismo, confiando nas forças estimulantes do mercado; a do intervencionismo, compensando as insuficiências do mercado,..."²

A nova política industrial vai ser de maneira geral pautada por uma maior "liberdade" (na verdade, liberalidade) no tratamento do emprego e salários, pelo aumento dos fundos e recursos destinados às empresas (seja para aquelas que inovarem, criarem emprego ou exportarem), e por uma rígida seletividade dos projetos a serem apoiados por estes fundos.

Eliminaram-se assim os mecanismos "dirigistas" do passado, tais como os controles de preço, e passou-se a ter como objetivo a criação de uma situação que possibilitasse o desenvolvimento dos recursos, da autonomia e da potencialidade das empresas. Desta maneira, pretendia-se que as empresas, espontaneamente, passassem a investir e modernizar-se. Em caráter geral, mantém-se um franco forte (atrelado ao marco), na suposição de que isto fará com que as empresas mais competitivas se orientem para atividades de alto conteúdo tecnológico (e de alto valor agregado), além de favorecer os investimentos no estrangeiro.

² Morvan, Y. (1983), página 25.

É a partir desta concepção que o governo Barre passa a privilegiar a participação dos lucros na renda: liberdade de preços, as demissões são mais toleradas, tenta-se conter o crescimento dos salários o máximo possível, inclusive com a liberação de mecanismos mais flexíveis (e baratos) de contratação (tempo parcial, etc).

Coerentemente com a concepção acima e com a política de "crenéaux", não somente procurou-se criar um ambiente favorável às empresas, como também foi iniciada uma política seletiva de empresas. Assim, empresas com potencial de crescimento receberam subsídios e taxas de juros subsidiadas para desenvolver projetos e atingir certas metas. Caso estas não fossem atingidas, os subsídios deveriam ser devolvidos. Ainda, são mantidos os subsídios à exportação, com a continuação da política de grandes contratos iniciada no governo Chirac. Toda forma de internacionalização é incentivada, com apoio para os investimentos no estrangeiro e as adaptações industriais.

Pretendeu-se incentivar as PME (pequenas e médias empresas), com a criação de órgãos estimuladores, dentre os quais o CIDISE (Comité Interministeriel pour le Développement des Investissements et de l'Emploi), cuja função era a de emprestar capital para empresas que estivessem muito endividadas e que fossem consideradas como promissoras do ponto de vista de resultados.

Ainda, um outro mecanismo criado foi o CODIS (Comité Interministeriel pour le Développement des Industries Stratégiques), que, através de empréstimos e de contratos governamentais, sustentaria projetos nos setores "do futuro" (eletrônica de consumo, robôs, automação, equipamentos de economia de energia, bioquímica, novos têxteis).

É interessante salientar que estes mecanismos não alocavam ajuda governamental indiscriminadamente, mas ao contrário, o apoio dependia de certas condições que deveriam ser cumpridas pelas empresas. Assim, só algumas destas eram apoiadas, dependendo dos seus resultados de exportação, do seu tamanho ou dos projetos encaminhados. A implantação destes comitês obedeceu por um lado ao desejo de se construir um fórum de discussão direta entre as empresas e o governo (a fim de traçar estratégias minimamente articuladas); e por outro, à necessidade de se desvincular a política industrial do Ministério das Finanças, a fim de lhe dar maior consistência a longo prazo.

São criados mecanismos que estimulam as empresas a se recuperarem financeiramente ou que premiam aquelas que transformarem poupança em investimentos (como vantagens fiscais para as empresas que aumentarem seu capital). Para atenuar os desequilíbrios regionais, cria-se um fundo especial de adaptação industrial para as empresas que concordassem em implantar nova capacidade produtiva em regiões problemáticas (do ponto de vista do emprego), tais como a Lorena ou Dunkerque. Por último, são premiadas as inovações técnicas, via fundos da ANVAR (Association Nationale pour la Valorisation de la Recherche).

Como já fora assumido pelo governo, a intervenção estatal direta continua: o setor público mantém a todo custo seus investimentos, para cumprir um papel anti-cíclico. Disto, das definições do 7º Plan³ e da própria política de "crenéaux" resulta o sensível apoio aos setores estratégicos nos quais se acredita seja necessário recuperar o atraso tecnológico (eletrônica, nuclear, aéreo-espacial, e telecomunicações). Estes setores recebem ajuda permanente do governo, e são estimulados a se unir seja entre eles, seja com as grandes corporações norte-americanas (as quais têm, na avaliação do governo, a tecnologia

³ O 7º Plan definia como prioridades a adaptação à crise e um maior dinamismo da economia para poder crescer em um contexto de livre comércio e maior concorrência internacional.

de ponta necessária para enfrentar a concorrência internacional).

Apesar do discurso liberal, o governo também vai se preocupar com os setores em dificuldades, e cria proteções (através do CIASI) para os setores de couros, têxteis (restrições à importação), automobilístico (cota máxima de importação de carros japoneses), além de apoiar financeiramente a siderurgia, a construção naval e fazer um plano especial de recuperação para as máquinas-ferramenta (1976). Não deixa de ser um paradoxo o fato de um governo liberal ter de alocar substanciais quantias de recursos públicos e ter de proteger setores da indústria para salvar empregos ameaçados. No fundo, isto só comprova o quanto a realidade é distante das formulações liberais, ou melhor, o quanto estas formulações é que são distantes da realidade.

Ao final do governo Barre, toda esta estratégia parece não ter funcionado. Embora alguns sucessos tenham sido obtidos, o panorama geral é desalentador, tanto a nível dos resultados de política industrial como dos da economia. Com relação a esta, o principal problema é constituído pelas altas taxas de desemprego e pelos recorrentes déficits comerciais.

Numa análise mais desagregada, a situação de muitos setores considerados fundamentais ficou ainda mais comprometida. Cite-se em particular o caso da construção mecânica. Este setor teria se ressentido, por um lado, da fraqueza estrutural da eletrônica francesa (o que limitou a integração tecnológica entre as duas áreas), por outro, do pouco dinamismo dos industriais da área; e ainda do pouco uso do dinamismo potencial do próprio setor público (áreas de construção mecânica da Renault e da indústria aeronáutica). Um outro caso a ser citado é o da eletrônica: esta continuou extremamente fraca, apesar de terem havido sucessos em algumas áreas, tais como as telecomunicações (ver depois).

Fracassou nesta área um plano especial que pretendia desenvolver a área dos componentes eletrônicos.

Os setores da economia considerados menos dinâmicos ou decadentes acabaram sendo simplesmente abandonados, em função da política de "créneaux" que nitidamente privilegiou só alguns setores (o que de resto era coerente com sua proposta). Estes setores decadentes se ressentiram também da falta de uma estratégia que organizasse uma retirada ordenada e "sem traumas". Assim, o resultado foi uma enorme deterioração competitiva de setores importantes da economia, como no caso dos têxteis e couros. Não é possível esquecer daqueles setores que só sobreviveram à custa de milionários subsídios públicos, entre os quais a siderurgia, o carvão, etc.

Haverá no entanto outros setores que conseguirão minimamente se recuperar ou pelo menos se manter em níveis "honrosos". Este é o caso da indústria do vidro, das fibras sintéticas, dos pneumáticos e da indústria automobilística como um todo.

Já o setor público vai realmente se constituir em uma fonte anticíclica importante (embora não consiga segurar toda a economia). Destaque-se dentro deste a ação da Renault, que paralelamente à sua produção principal, sustenta algumas outras atividades (veículos industriais, material agrícola, máquinas-ferramenta). A intensidade do apoio do setor público vai efetivamente dar impulso a muitos setores, tanto em termos tecnológicos quanto de expansão da produção e ganho de competitividade. É o caso de alguns dos setores visados no 7º Plan, como telefonia, eletro-nuclear, espacial e material ferroviário (projeto TGV). Na verdade, os resultados positivos obtidos no comércio exterior vão ser advindos destes setores.

Apesar do discurso que ressaltava a modernização e a inovação como fundamentais para a recuperação industrial e para

o futuro, a pesquisa científica e tecnológica ficará em níveis aquém dos necessários para a consecução dos objetivos. De maneira geral, os gastos com a pesquisa tecnológica são bem inferiores aos dos outros países industrializados, em particular os da iniciativa privada. Além disso, o órgão utilizado para promover a pesquisa (ANVAR) terá recursos muito limitados, apesar da interessante iniciativa que isto representou, e só posteriormente será de maior importância. Por outro lado, em termos de formação universitária não foram feitos grandes esforços para concretizar a famosa ligação entre universidades e empresas.

Muito menor do que o anunciado ou pretendido foi também o apoio às pequenas e médias indústrias. De fato, os subsídios públicos foram enormemente concentrados nas grandes corporações⁴, dadas as escolhas estratégicas do 7º Plan. Mas estas também contaram com outras formas de apoio: encomendas do setor público, apoio diplomático, pesquisa pública, créditos a taxas favorecidas, financiamento das exportações, etc.

Pouco também foi o espaço que as PME tiveram dentro do processo de discussão e escolha, já que este processo foi extremamente centralizado em Paris. Mas a exclusão se deu também com os representantes sindicais e com os representantes regionais (que na França têm bastante importância), o que gerou reações à manutenção deste tipo de política. Enfim, o processo citado acima se dava na prática apenas entre governo e grandes corporações (muitas das quais eram públicas).

No entanto, há que se destacar a relativa pouca capacidade de análise do Ministério da Indústria, devida aos precários sistemas de informação de que dispunha (a não ser das associações profissionais), o que atrapalhou o diagnóstico e o desenvolvimento das políticas empreendidas. Apesar disto, a

⁴ Em 1976, 50% da ajuda pública está concentrada em sete grupos industriais que representam menos de 10% do emprego e do valor adicionado.

implantação do CODIS (e mesmo do CIDISE, embora com as dificuldades que acabamos de apontar) foi um passo extremamente importante na medida em que foi efetivamente instaurado um fórum de discussão e decisão entre governo e empresas, mesmo se não obteve totalmente os resultados desejados (muitas vezes por falta de ação das próprias empresas). Foi também conseguida uma maior desvinculação entre os ministérios da Indústria (e portanto as políticas industriais e setoriais) e das Finanças (desvinculação cuja necessidade assinalamos anteriormente). Ainda, a DGI (Direction Générale de l'Industrie) colaborou para dar maior consistência à política industrial na medida em que a ela estavam subordinadas todas as direções setoriais. Isto fez com que fosse possível um planejamento estratégico e não somente uma somatória de decisões setoriais isoladas, as quais poderiam dar margem também a corporativismos danosos à consecução dos objetivos.

O GOVERNO MAUROY (1981 - 1983): UMA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Esquerda (Partido Socialista e Partido Comunista Francês) chega ao governo com uma concepção totalmente diferente de política industrial. Na verdade, esta é apenas reflexo de uma concepção diferente global, que se refere também às relações no trabalho, ao papel do Estado, à inserção francesa no mundo, etc. Assim, a nova política industrial se coloca como alternativa e se opõe a todo o esquema teórico e prático aplicado pela direita nos anos precedentes (desde a crise de 73), na tentativa de conseguir a recuperação de uma indústria "à beira da desindustrialização".

A diferença básica é que a nova concepção se opõe à idéia de que seja necessário concentrar-se em alguns setores e abandonar outros. O objetivo agora é conseguir "reindustrializar" a França para "reconquistar" o mercado interno francês nos seus vários setores. Assim, se impõe um outro tipo de inserção internacional da indústria, bem como outro de reestruturação industrial e portanto de política industrial, que se opõe à "politique des crenéaux" e à especialização que esta provoca (embora não à especialização das empresas):

"Não existem setores condenados, apenas tecnologias ultrapassadas"¹,

Esta nova concepção é conhecida por "politique des filières"², a qual terá a função de dar à estrutura industrial francesa a coerência interna de que esta precisa para a sua recuperação.

¹ DOCUMENTATION FRANÇAISE (1982) - pag. 387, em intervenção do Diretor Geral da Indústria.

² A literatura francesa faz questão de ressaltar que a noção de "filière" é exclusivamente francesa, não existindo equivalente em outras línguas. Ver VVAA, (1988), pág. 233. No entanto, ela é muito próxima da nossa noção de complexo industrial.

A nova concepção parte do princípio de que o efeito sobre a economia não é independente do tipo de produtos que o país produz. Assim, os resultados são diferentes conforme se produza um ou outro produto (a distinção é clara quando se pensa em dois produtos tais como sapatos e máquinas-ferramenta de comando numérico). É interessante notar como esta concepção se opõe no fundo à idéia ricardiana expressa na lei das vantagens comparativas, e que podemos encontrar (mais sofisticada, é claro), na base da teoria da "politique des créneaux". Há portanto setores que, seja pelos efeitos que geram sobre outros setores, seja pelo fato de serem objeto de maior e crescente demanda mundial, têm efeitos mais importantes sobre a economia do que outros.

É portanto possível se construir uma hierarquia dos setores da indústria, na qual é possível distinguir alguns que se constituem em verdadeiros "pólos de competitividade", isto é, em setores que são capazes de espalhar seus efeitos (técnicos ou econômicos) por outros setores, seja "para a frente", seja "para trás". É preciso portanto conseguir uma especialização nestes pólos, assim conseguindo fazer com que seus ganhos de competitividade e suas inovações técnicas se estendam ao longo de todo o tecido industrial, a partir dos efeitos que este tem sobre os setores diretamente ligados a ele ("filière")³. Obtem-

³ É importante notar que existem várias acepções da noção de "filière". Citaremos aqui as principais: uma primeira é aquela que define "filière" baseando-se nos aspectos técnico-estruturais do processo de produção que transforma matéria-prima em um produto final (há portanto diversos estágios de produção que compõem uma "filière"). Uma segunda analisa a noção a partir da teoria das estratégias das empresas (estando portanto ligada à definição anterior), sendo portanto ligada à diversificação e ao poder de mercado que uma empresa pode conseguir quando diversificando suas atividades ao longo da "filière". Uma terceira coloca a ênfase em uma suposta coerência do sistema produtivo e nos efeitos que isto teria sobre a estrutura industrial. Assim, uma "filière" possui características que determinam sua inserção (específica) dentro do sistema produtivo, e agindo sobre ela obtém-se efeitos sobre outras "filières" e sobre o conjunto da economia. Uma última definição considera a noção de "filière" como uma maneira de se fazer a decomposição do sistema produtivo, a

se desta forma uma estrutura industrial competitiva, pois há domínio sobre os setores que se constituem na base técnica da indústria. Consegue-se daí o crescimento da produção nacional, pois esta é competitiva, tanto dentro quanto fora do país.

Há inclusive uma diferenciação entre os tipos de "filière" que existiriam: um primeiro tipo seria a "filière" de Independência, que pelos seus efeitos de demanda faria com que houvesse progresso técnico nos estágios anteriores. Exemplo desta "filière" são as de energia e transporte, cuja importância como setores estratégicos militares é vital para a independência do país. Não pode ser desprezado também o fato do domínio sobre a "filière" de energia eliminar o problema do estrangulamento externo ("contrainte exterieure", uma constante nos textos franceses). Um segundo tipo seria composto pelas "filières" pesadas, com forte efeito "para a frente", e que portanto agiriam sobre os custos e qualidade de toda a indústria (siderurgia, química, têxtil, etc). Por último, existem as "filières" de Soberania, que têm efeitos pela retomada de investimentos, pelo fato de representarem a entrada na terceira revolução industrial e pelos importantes ganhos de produtividade que elas representam, além de se constituírem nos setores que podem definir o ritmo de crescimento da economia. Assim, o domínio destas dá condições de evitar a dependência tecnológica futura, dando condições para que o próprio país defina seu desenvolvimento (eletrônica, informática, máquinas-ferramenta, etc).

Quanto às "filières" acima descritas, vale uma observação. Embora à primeira vista não pareça haver diferença entre as "filières" de Independência e as de Soberania, esta existe. Ambas devem ser vistas como condições para a autonomia, só que a primeira de um ponto de vista "defensivo", e a segunda de maneira "ofensiva". Explica-se: o primeiro tipo é fundamental

partir dos fluxos de intercâmbio setorial que mostram quais os setores mais ligados entre si.

para não se deixar dominar pelos outros, isto é, para ser independente. O segundo é fundamental para dominar os outros, isto é, para ser soberano sobre o processo de desenvolvimento mundial (e portanto interno).

Como dissemos anteriormente, a nova concepção de política industrial era tão somente reflexo de uma nova concepção mais geral. Esta considerava que era papel natural do Estado intervir mais na economia, de maneira a regular o desenvolvimento nacional. Assim, em termos bem mais gerais, a atitude do governo foi fazer do Plan a linha mestra do desenvolvimento, intervir mais através das nacionalizações (tanto industriais quanto bancárias), estabelecer um mais eficiente programa de ajuda tanto ao setor público quanto ao privado, descentralizar o desenvolvimento e desenvolver uma política seletiva de "filières" a partir da avaliação descrita acima.

O 8º Plan (81/85), colocava como prioridades sete pontos, a saber: aumentar o nível de pesquisa e desenvolvimento da economia, reduzir a dependência energética e de matérias-primas (lembremo-nos das "filières" de Independência citadas acima), desenvolver uma indústria competitiva e centrada nas "tecnologias do futuro", desenvolver o potencial agrícola e do setor alimentício, tratamento específico da questão do emprego, consolidar os mecanismos de proteção social e melhorar o padrão de vida. É importante ressaltar como nos três últimos pontos (bem como na política geral descrita no parágrafo anterior) nota-se o viés socialista no sentido de não permitir recuos na legislação e conquistas sociais.

A nível conjuntural, e para enfrentar a crise, organizou-se uma política keynesiana de defesa do nível de atividade (como acontecera no governo Chirac), com congelamento dos salários e preços, e ampliação dos benefícios sociais, no intuito de aumentar a renda e estimular o consumo popular. No mesmo sentido ocorreram a manutenção proposital do déficit público, e a

contratação de grande número de funcionários públicos. Ainda, dentro do mercado de trabalho procedeu-se a algumas reformulações, com a intenção explícita de promover mudanças nas relações sociais dentro da indústria; foi regulamentado o trabalho considerado precário, houve legalização dos imigrantes clandestinos, a negociação anual dos salários se tornou obrigatória, fortaleceram-se os canais de representação dos trabalhadores.

Com relação à descentralização, foi elaborada uma lei ("da reforma da planificação"), que dava maior autonomia aos conselhos regionais no que tange ao desenvolvimento econômico de suas regiões. Criaram-se os "contrats de plan" (contratos especiais de repasse de verbas entre a União e as regiões), cujos objetivos eram coerentes com o Plan nacional, mas que no entanto deixavam uma certa autonomia de decisão às regiões. O objetivo destas medidas era, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento industrial nas várias regiões francesas, e fazer com que cada uma destas tivesse um tratamento adequado à sua realidade (em termos de setores em dificuldades, desenvolvimento de novos setores, etc), e desta maneira diminuindo as diferenças regionais. Além disto, foram definidos "pólos de conversão", regiões com grandes problemas de desemprego, nas quais seriam incentivadas as indústrias de construção para manter os níveis de emprego e estimuladas a pesquisa científica e a formação profissional (para conseguir a conversão profissional). Ainda, as empresas públicas receberam significativa quantia de incentivos para os investimentos realizados nestes pólos.

Houve mudanças também na estrutura ministerial. Num primeiro momento, preferiu-se separar o Ministério da Pesquisa e Tecnologia do Ministério da Indústria. Ao primeiro caberia a função de articular uma estratégia que permitisse consolidar as "filières" da tecnologia do futuro (eletrônica, novos materiais, biotecnologia, robótica, etc). Ao segundo, a função de resolver os problemas estruturais mais urgentes que afetavam a indústria,

tais como os problemas da siderurgia, a reestruturação dos setores de brinquedos e têxteis, nos quais havia um grande número de empresas em dificuldades, a elaboração de um plano especial para as máquinas-ferramenta, setor que só subsistia graças às subvenções públicas, e medidas referentes ao setor químico, onde havia enormes desequilíbrios financeiros.

Uma outra medida foi a desativação da Direção Geral da Indústria (DGI), e sua substituição pela Direção Geral das Estratégias Industriais (DGSI). No entanto, o fato desta última ter tido maiores dificuldades para cumprir suas funções, devido ao papel preponderante dos órgãos ligados ao orçamento e ao Tesouro (o que limitava sua autonomia em termos estratégicos), e o fato de existir o risco dos setores intermediários serem favorecidos em detrimento daqueles "de ponta" fez com que a DGI fosse novamente colocada como o órgão máximo de planificação industrial. Ainda, foi elaborado um sistema de ajuda às empresas, a partir do CIRI (Comité Interministeriel pour la Restructuration Industrielle) e de seis comités regionais de reestruturação industrial (em perfeita coerência com a preocupação de descentralizar e de analisar especificamente cada região; ver acima). O objetivo do CIRI era o de evitar a queda do emprego nos setores e/ou regiões que passavam por dificuldades.⁴

O plano para as máquinas-ferramenta foi um plano especial pois o setor possui características muito especiais. De fato, é um dos que nós chamamos anteriormente de "pólos de competitividade", pelos efeitos que tem sobre o resto da indústria, tanto pelos de custo quanto pelos de inovação técnica e qualidade. Assim, embora se tratasse de um setor "do futuro",

⁴ Note-se que a preocupação com a reestruturação das regiões ou setores "problemáticos" em termos de emprego é bem mais antiga. Basta lembrar-mos da criação de um órgão, o CIASI, especificamente para tratar desta questão no governo Chirac. Segundo estimativas, o CIRI conseguiu evitar a eliminação de 75% dos empregos ameaçados, a um custo de 750 milhões de Francos.

ele era vital para a independência econômica francesa e para os resultados de desempenho ainda "no presente". Além disso, sua situação se degradava desde o começo dos anos 70, forçando a uma atitude definitiva por parte do governo. Derivou daí um plano muito ambicioso: este previa um aumento de 100% na produção de máquinas-ferramenta em três anos, principalmente aquelas de comando numérico, a "reconquista" do mercado interno (com uma redução da taxa de penetração da ordem de 50%) e ainda o aumento da parte exportada (mais de 100%).

O diagnóstico do setor era que este passava por dificuldades em função do excessivo atomismo do mercado produtor (ou seja, empresas de pequeno tamanho), da falta de reservas próprias (para investimento) e de um insuficiente esforço de pesquisa e desenvolvimento e de comercialização. Em função deste diagnóstico, o plano definia as seguintes medidas a serem tomadas: o Estado realizaria contratos com as empresas, mediante um compromisso destas de se especializarem nas faixas de produtos de maior conteúdo tecnológico, de realizarem esforços no sentido de homogeneizar (estandarizar) os componentes, de investirem significativamente em P&D, de investirem em formação profissional, de empregarem pessoal qualificado e de desenvolver ou obter tecnologia de ponta.

Por outro lado, o Estado também realizaria contratos de desenvolvimento com os produtores de componentes. Ainda, o Estado estimularia a tríade "pesquisa, inovação, formação" através da ADEPA (Agence pour le Développement de la Productivité e de l'Automatisme) e do CERMD (Centre d'études et de la Recherche de la Machine-Outil). Ao mesmo tempo, recursos seriam canalizados para os programas de pesquisa que se desenvolvessem em certas regiões e que contratassem pessoal destas, e o sistema público de ensino seria incentivado a criar cursos técnicos mais especializados.

Cabe agora analisar um dos elementos mais importantes para a compreensão do esquema de reestruturação econômica e industrial do governo socialista: as nacionalizações. Estas eram a ponta de lança a partir das quais o governo tencionava implantar uma nova ordem econômico-social. Nas palavras do programa comum do Partido Socialista e do Partido Comunista Francês:

"Para quebrar a dominação do grande capital e implantar uma nova política econômica e social, rompendo com a que ele pratica, o governo realizará progressivamente a transferência para a coletividade dos meios de produção mais importantes e dos instrumentos financeiros que estão atualmente em mãos dos grupos capitalistas dominantes"⁵

Do ponto de vista do governo, o que estava por trás das nacionalizações não era saciar a sede do Estado pelo poder, mas efetivamente assegurar o controle sobre uma estratégia industrial e econômica em geral. A razão residia no fato de que constatava-se que o capitalismo francês procurava em demasia o lucro e a rentabilidade a curto prazo, impossibilitando com isto a realização de programas de investimento de que o país necessitava. A nacionalização se impunha então pois seria mais fácil a uma empresa estatal se preocupar com o longo prazo, dado o suporte do Estado, que não procura o lucro a curto prazo. Por outro lado, considerava-se que só uma gestão estatal seria capaz de levar em conta a participação dos sindicatos e dos assalariados, integrando-os efetivamente ao processo e entre si, o que era considerado necessário para uma efetiva eficiência econômica.

Uma outra razão era o fato da existência dos oligopólios atrapalhar a economia, em função da sua relativa autonomia. Isto se mostrava mais claramente na questão da inflação, onde os oligopólios deteriam poder suficiente para impor seus preços e se constituir em focos de desestabilização. Ainda, estes

⁵ Programme commun de gouvernement, Flammarion (1973), citado em Brémond, J. e Gélédan, A. (1984), pág. 147. Como se vê, é um programa bastante revolucionário.

oligopólios, em função de sua inserção transnacional, não representariam uma garantia de atendimento dos interesses nacionais, pois as decisões se dariam em função de critérios não-sociais e não-locais.

Disto se concluiu que somente a planificação aliada a uma forte estrutura produtiva e financeira estatal seria capaz de elaborar uma política industrial nacional (e internacional) coerente e adequada aos interesses nacionais, sem ser portanto guiada por interesses de lucro de curto prazo, e sem ser um conjunto de ações desconexas e às vezes contraditórias.⁶ Assim, as nacionalizações industriais teriam o papel de investir, pesquisar, desenvolver novas tecnologias e inovar, de ser ponta de lança da reestruturação produtiva e do aumento de competitividade e de estabelecer novas relações sociais no interior das empresas.

Em particular, as nacionalizações bancárias mostravam que as reformas pretendidas não se limitavam à mera questão da produção, mas tinham sim uma ótica mais abrangente. Estas nacionalizações visavam a mobilizar e orientar os recursos financeiros para investimentos inovadores, ao invés de que estes fossem direcionados para a especulação. Ainda, visavam à aproximação das instituições financeiras com as coletividades locais (e suas necessidades; objetivo acorde com a descentralização), a um melhor relacionamento com as pequenas e médias empresas (afim de possibilitar seu financiamento), etc. Enfim, pretendia-se fazer com que os instrumentos de crédito estivessem sob a égide do Estado, para alcançar o objetivo de montar um sistema baseado na procura do lucro a longo prazo.

⁶ Esclarece-se assim o objetivo da nacionalização e não de estatização. A primeira significa que a gestão estatal não está submetida à lei do lucro, e sim que pode estar submetida a outros fatores que poderíamos chamar de não-estritamente econômicos, tais como fatores políticos ou sociais diversos. A segunda também se constitui em transferência da propriedade da esfera privada para o Estado, mas a gestão da propriedade não é diferente necessariamente daquela privada.

Evidentemente, proposta tão radical e em termos tão pouco moderados (vide citação anterior) gerou uma forte oposição (que não foi entretanto suficiente para evitar que a proposta fosse implementada).⁷ Os argumentos da oposição eram vários: em primeiro lugar, esta ressaltava que a intervenção devia ser limitada aos setores industriais passando por dificuldades ou que estivessem em estágio inicial de desenvolvimento. No mais, deveria-se garantir que os critérios de decisão das empresas fossem efetivamente econômicos e de administração. Com relação às nacionalizações bancárias, eram encaradas como agravantes de problemas já existentes: o da falta de concorrência e o de burocratização excessiva. Estes obviamente só poderiam ser agravados pela intervenção estatal, que é por princípio ineficiente.

Por outro lado, a oposição considerava que o governo tinha resolvido nacionalizar justamente as empresas que não deveriam tê-lo sido, pois estas eram as que melhor desempenho tinham demonstrado perante a concorrência nacional e internacional. Assim, concluía a oposição, as nacionalizações derivavam somente de critérios ideológicos e políticos, e não de uma necessidade estratégica. É claro que esta postura tinha como pano de fundo a certeza de que a maneira de lutar contra a "desindustrialização" da França era ter empresas competitivas. Ainda, outras razões que justificavam a oposição ao projeto eram: o fato de não ter havido discussão prévia no congresso, o custo que estas nacionalizações acarretariam para o Estado (já bastante fraco financeiramente), o caráter anticonstitucional das medidas (já que a nacionalização não ocorria por se tratar de empresas monopolísticas de serviços do tipo público), etc.

No entanto, como afirmamos anteriormente, o governo conseguirá levar adiante o projeto das nacionalizações, contando

⁷ Cabe ressaltar que a "oposição" não era contra a intervenção do Estado na economia. Esta não só é tradicional na França, como cumpriu papel fundamental (e reconhecido pelos mais variados segmentos políticos) na reconstrução após a 2ª guerra.

inclusive com o apoio da opinião pública⁸. O projeto definia as seguintes medidas:

-Estatização (100%) de 5 grupos industriais, com indenização compensatória: Pechiney-Ugine-Kuhlmann, Rhône-Poulenc, Thomson-Brandt, Compagnie de Saint-Gobain e Compagnie Générale d'électricité.

-Estatização (95%) das companhias siderúrgicas Usinor e Sacilor, em troca do perdão das dívidas destas para com o Estado.

-Estatização de 3 companhias líderes (antigamente com participação estrangeira dominante) por acordo com os antigos proprietários: CII-Honeywell-Bull, ITT-France e Roussel-Uclaf.

-Controle estatal (51%) das companhias de material estratégico bélico: Matra e Dassault-Bréguet.

-Estatização (100%) de 36 bancos privados (98 contando com os que estes 36 controlam) e das duas mais importantes sociedades financeiras e de negócios: Indosuez e Paribas.

Com isto, o Estado francês obterá uma participação verdadeiramente espantosa no setor produtivo e financeiro: o setor estatal é agora responsável por 21% do faturamento, 23% dos empregos, 30% das exportações e 78% dos investimentos da indústria francesa. O setor público controla agora toda a produção siderúrgica, toda a de alumínio, metade da do vidro,

⁸ Pesquisa de opinião em outubro de 81 revelou que os franceses eram favoráveis à maioria das nacionalizações previstas no projeto do governo (em particular da siderurgia, dos bancos e da Dassault). No entanto, resultado efetivamente espantoso é lembrar que a mesma pesquisa constatou que os franceses consideravam que outras atividades (que não estavam no projeto do governo), deviam ser nacionalizadas, bem como o fato dos profissionais liberais, comerciantes e artesãos não serem contra estas. Ainda, o fato dos eleitores de direita serem favoráveis às nacionalizações em percentagens variando de 30% a 45% dependendo dos casos.

parte da geração de novos materiais, 40% do faturamento da química, porém toda a química de base, 95% dos fertilizantes e materiais sanitários, 25% da farmácia, 40% do mercado automobilístico interno, 70% da produção automobilística, 80% do mercado de caminhões, é líder nas máquinas-ferramentas, é o líder europeu no armamento e aeronáutica, detém 30% do mercado de circuitos integrados, 100% da eletrônica militar, 60% da radiologia, 60% da eletrônica profissional, quase toda a produção de computadores de grande porte e de micro computadores, 40% do mercado da informática, 10% dos periféricos, 50% dos serviços de informática, toda a comutação, 65% das transmissões, 35% da eletrônica de consumo, líder em novas tecnologias audiovisuais, 30% do faturamento do setor de embalagens, líder europeu no setor de papel de embalagem, líder nacional na construção e posições significativas no resto da engenharia. No setor financeiro, o Estado controla 75% dos depósitos bancários e 75% do crédito, contra uma participação de 18% e 22% (respectivamente) dos bancos mutualistas, de 5% e 3% dos bancos estrangeiros e 1% e 1% dos bancos privados franceses (vemos portanto que praticamente não há bancos privados após as nacionalizações).

Mas afinal, foram efetivamente implantadas estas modificações trazidas pelo governo de esquerda? Em primeiro lugar, não houve efetivamente uma reorganização do sistema de ajudas ao setor produtivo. Na verdade, estas continuaram sendo direcionadas, em sua maioria, para os setores de ponta já especializados, como o nuclear, o de armamento, a aeronáutica e as telecomunicações, em detrimento de setores mais novos que precisariam de um estímulo maior e das pequenas e médias indústrias. Por outro lado, as ajudas aos setores em dificuldade ou à exportação acabaram sendo privilegiadas em detrimento de ações que de fato possibilitassem a reestruturação dos setores produtivos atrasados.

Este tipo de estrutura⁹ refletia na verdade o poder excessivo que o Ministério de Economia e Finanças detinha sobre os mecanismos de ajuda às empresas (excetuando-se o CODIS) e sobre os mecanismos mais abrangentes que afetavam a competitividade das empresas e a recuperação econômica. O lado positivo advindo deste fato é que foi possível diminuir o crescimento do desemprego e promover algumas mudanças sociais significativas. Porém do ponto de vista da reestruturação esta estrutura foi incapaz de promover o aumento de competitividade da indústria como um todo.

Outra falha da estrutura foi a definição pouco clara de qual deveria ser o relacionamento entre o Estado e as empresas nacionalizadas, principalmente aquelas em setores concorrenciais: foi o caso notadamente da questão da autonomia (até que ponto estas empresas deveriam ser autônomas?) e dos contratos entre estas e o Estado (não foram realizados os contratos previstos entre o Estado e a siderurgia e a química). Além disto, as direções setoriais encarregadas dos diagnósticos não se mostraram eficientes, tendo dificuldades para diagnosticar e elaborar medidas ou mecanismos compensatórios (com exceção da Direção de eletrônica e de informática). Vemos portanto que os órgãos estatais de planejamento e orientação não se mostraram tão flexíveis quanto seria desejável. O fato mesmo da substituição da DGI pela DGGI num primeiro momento só confirma a hipótese de que houve excessiva subordinação dos órgãos setoriais (e no caso gerais) ao poder do Ministério de Economia e Finanças:

⁹ É claro que, dado o peso dos setor público na economia, qualquer modificação na estrutura deste ocasiona efeitos sobre o setor industrial. Ganha pois relevância a análise da estrutura de mecanismos estatais de decisão e apoio à indústria.

"A DSGI traduziu um recuo do Ministério da Indústria para uma concepção mais tradicional e menos ofensiva do papel das suas administrações centrais; menos diretamente inserida no processo de elaboração e de discussão dos planos setoriais, esta DSGI encontraria certas dificuldades na sua missão de articular estes planos do ponto de vista estratégico e orçamentário. O papel preponderante das direções do Tesouro e do Orçamento nas etapas de decisão essenciais se tornou assim reforçado"¹⁰

Como já foi comentado anteriormente, a DGI seria restaurada posteriormente, o que garantiria doravante a existência de um órgão geral de política industrial e ao mesmo tempo de um órgão com uma certa autonomia e capacidade de articulação e decisão, necessária para a consecussão dos objetivos propostos.

Na verdade, a política industrial socialista surtiu alguns efeitos. No entanto, estes só se farão sentir após 4 ou 5 anos, no meio dos quais haverá também uma mudança no tipo de política industrial: voltar-se-á à "politique des créneaux" a partir de 1983.¹¹ No entanto, num primeiro momento não parece haver resultados positivos: apesar do poder de compra do salário mínimo aumentar em 15% e do consumo das famílias aumentar em 10%, a produção industrial não cresce.

O fracasso da política industrial do período se deve a várias razões, algumas de ordem estritamente industrial ou de política industrial (como as falhas que acabamos de colocar), e outras de ordem econômica geral. Uma última falha de ordem industrial foi a existência de "trous" (lacunas) dentro do tecido industrial, lacunas para as quais não houve tempo de correção e que eram herdadas de épocas anteriores. Estas lacunas comprometiam "per se" a competitividade da indústria. Assim, a questão da competitividade não se limitava na verdade à mera questão de modernização de setores, mas de efetiva "construção"

¹⁰ Soulage, Thierry

¹¹ Isto coloca um problema de avaliação na medida em que se torna mais difícil saber qual das políticas foi efetivamente a causa da melhoria financeira (e até certo ponto tecnológica) de setores da indústria.

de alguns, o que era uma coisa totalmente diferente da originalmente prevista.

A competitividade se via ainda afetada negativamente pela política de "Franco forte" que foi seguida pelo governo.¹² Não se pode esquecer que será a conjunção da falta de competitividade com problemas na balança comercial que farão com que haja um giro de 180 graus na política econômica e até na política industrial. Explica-se: a falta de competitividade, com um Franco valorizado e com uma política keynesiana (lembremo-nos das primeiras colocações desta parte) levou fatalmente à obtenção de enormes déficits de balança comercial, o que comprometeu a estabilidade interna.

Outra razão que comprometeu a competitividade da indústria está relacionada ao fato de que houve uma redução da jornada de trabalho (novamente o viés socialista em ação), o que aumentou os custos com mão-de-obra das empresas. Ainda, as altas taxas de juros (como reflexo da conjuntura mundial mas também como imperativo da política de "Franco forte") acabaram afetando as reservas das empresas, prejudicando os investimentos.

Uma outra razão foi ainda o fato de não ter havido uma reorganização da estrutura social-produtiva:

"...por causa da subestimação dos problemas de relações profissionais e de organização industrial. O discurso do ministro J. P. Chevenement na 'Journées de L'Industrie' fazia referência da maneira mais vaga e ideológica possível àquilo que já era a prática cotidiana dos industriais italianos e japoneses e que alimentava a reflexão dos especialistas universitários (mesmo os da esquerda!) sobre a 'parceria inter-empresas', o 'desenvolvimento local endógeno', ou a 'remobilização dos savoir faire operários'."¹³

Uma última razão foi o excessivo "voluntarismo" do governo. De fato, este tentou atacar, a partir das suas próprias

¹² As várias desvalorizações do período (com relação ao Marco Alemão) não foram suficientes para compensar a valorização do Franco.

¹³ LIPIETZ, A. (1987), página 14.

atividades, todas as frentes. Não parece portanto impossível que este enorme esforço tenha inviabilizado em parte a própria realização dos objetivos. Dentro deste voluntarismo talvez possa ser incluído um fator que pode ter colaborado definitivamente para o fracasso: o que poderíamos chamar de "raciocínio linear" de política industrial. Este é na verdade o fato de se acreditar que as ajudas governamentais levarão à geração de tecnologia, que servirá automaticamente para fazer competitiva uma indústria de componentes ou bens de capital, que beneficiarão automaticamente as indústrias pesadas e de consumo. Enfim, na suposição de que possa se acreditar neste movimento, este só pode ocorrer a longo prazo. Não houve, por parte do governo, nenhum realismo quanto aos prazos que seriam necessários para atingir os objetivos, pois no curto prazo a política industrial é muito pouco efetiva.

O PERÍODO 1983 - 1986, A TRANSIÇÃO PARA O LIBERALISMO

Em 1983, as várias dificuldades existentes vão forçar uma mudança na política econômica e também mudanças na política industrial seguida até esse momento. As dificuldades foram decorrentes de uma absoluta inadequação da economia francesa à realidade da economia mundial: não havia espaço para uma política de crescimento, fruto do voluntarismo desenvolvimentista da esquerda, numa conjuntura mundial recessiva. Além disto, os objetivos industrialistas acabaram se tornando contraditórios com outros aspectos de política econômica, como por exemplo a decisão de não realizar desvalorizações cambiais (resultado da vontade política de não fazer reformas nas relações monetárias com a comunidade européia). No fim das contas, o que provocará o fracasso da política industrial do período e sua substituição por um esquema "produtivista-liberal"¹ será a sua incompatibilidade com a política macroeconômica que progressivamente vai sendo adotada, política de austeridade, semelhante à das outras economias da OCDE.

É colocado pois em prática um plano de estabilização que pretende combater os enormes déficits de balança comercial, a alta da inflação e os déficits orçamentários. É este plano que afeterá as diretrizes vigentes da política industrial. Na verdade, o plano não era ditado por opções ideológicas, mas pelo mais puro pragmatismo. Era necessário diminuir os desequilíbrios conjunturais, e isto passava por reformular a estrutura de gastos, fazer modificações na política industrial, na tributação, etc.

Reconheça-se no entanto que, além do pragmatismo, algumas idéias também estavam presentes. Por um lado, o medo de que a excessiva intervenção estatal, impedindo a liberdade do

¹ Lipietz (1987), página 16.

consumidor, pudesse significar um passo em direção do totalitarismo². Por outro, a retomada das velhas idéias de que o protecionismo impede toda modernização, de que pode ocorrer uma centralização forte demais e de que podem ser nocivos os efeitos de um excessivo desenvolvimento do setor administrativo. Por último, a consideração, por parte do governo, de que havia uma crise de oferta, e que portanto precisariam ser incentivadas as iniciativas empresariais para o investimento, afim de retomar o crescimento.

Como vemos, existe a ressurreição de algumas velhas concepções liberais. E será efetivamente esta a "nova cara" do governo, cada vez mais a política econômica se tornando neo-liberal, colocando em relevo a ação da empresa como o único recurso para resolver os problemas existentes:

"A palavra chave é agora 'empresa'; o chefe de empresa se transforma no cavaleiro dos tempos modernos e o 'bernardtapisme' transcende as diferenças políticas existentes."³,

e tentando criar as condições para o pleno desenvolvimento das empresas, através da recuperação das margens de lucro e de liberdade para que se processem as reestruturações no setor produtivo. Assim, a política industrial acabará se resumindo no fundo ao teorema: "Os lucros de hoje são os investimentos de amanhã e os empregos de depois de amanhã".

O principal desequilíbrio referia-se à questão externa: era o problema da "contrainte extérieure" (desequilíbrio da balança de pagamentos), causada principalmente pelos déficits

² é o que Lipietz (1987) chama de "fantasma de Stálin".

³ Holcblat, N. e Husson, M. (1990), página 85. O "bernardtapisme" é uma referência ao modelo de "self-made man" criado por Bernard Tapie, empresário francês, e que se tornou moda na França. É semelhante ao que acontece no Brasil com Ricardo Semler.

comerciais⁴. Era portanto necessário reequilibrar a balança comercial, aumentando as exportações e diminuindo as importações.

Para desestimular as importações, foram tomadas diversas medidas que tentavam diminuir o gasto público: diminuição das transferências e dos subsídios para as empresas estatais, congelamento dos salários e diminuição do pessoal do setor público. Paralelamente, foram aumentadas as receitas com impostos, principalmente através do empréstimo compulsório sobre os contribuintes. Ainda, eliminou-se a indexação salarial automática e houve recuos importantes na legislação social (permitidos pela difícil situação do emprego a partir de 1984, o que quebrava a resistência dos sindicatos).

Por outro lado, é claro que a contenção da demanda agregada (fruto das medidas acima citadas) favorecia o aumento das exportações, ou pelo menos tendia a dirigir a atividade das empresas para o setor exportador. Outro efeito importante de algumas medidas tomadas para a contenção de gasto, como a desindexação salarial e o recuo na legislação social, foi aumentar a rentabilidade das empresas. Este fato era considerado como extremamente necessário para que houvesse uma retomada dos investimentos. E a retomada dos investimentos seria, em um contexto de diminuição da demanda agregada, direcionada para a atividade exportadora⁵. Também no sentido de direcionar a poupança para o investimento, foi aumentada a ajuda ao setor privado, através da diminuição da carga fiscal e do aumento dos empréstimos para o longo prazo. É importante notar que o aumento da rentabilidade das empresas foi fruto também das mudanças na questão da "flexibilidade" do trabalho, isto é, da permissão para contratos de tempo limitados, da desregulamentação das

⁴ Como dissemos anteriormente, uma "política de Franco forte" aliada a uma política keynesiana, aliada a uma falta de competitividade, fez com que se tornassem muito significativos os déficits de balança comercial.

⁵ Em 1984, houve até uma diminuição na taxa de juros, para aumentar os investimentos.

horas-extra, da flexibilidade dos salários (pelo desenvolvimento de maneiras de atrelar parte da remuneração aos resultados da empresa), etc.

Uma outra medida foi a alocação de ajuda para as pequenas e médias empresas (supostamente, 500000 destas teriam sido beneficiadas durante o período), através de empréstimos condicionados a investimentos, bem como foram facilitadas as condições para a sua criação e acesso ao setor externo. As razões para isto eram basicamente duas: em primeiro lugar, existia a idéia de que empresas menores são mais dinâmicas na inovação⁶; em segundo, o fato indiscutível de que estas são o tipo de empresa que surge mais facilmente e que tem significativos efeitos sobre o emprego.

Porém a mais importante modificação dentro da política industrial foi a ruptura com a "politique des filières" e a retomada da "politique des créneaux". Apesar do discurso oficial de manutenção da primeira, foi efetivamente a segunda que passou a ser aplicada, em conjunção com as outras modificações de política econômica já citadas. O fundamental é entender que esta mudança é perfeitamente coerente com o novo espírito geral de política industrial: se o essencial era aumentar as exportações (em função dos desequilíbrios anteriormente citados), então era preciso privilegiar as empresas/atividades que tivessem condições de obter saldos positivos na balança comercial.

Em função da orientação de política industrial, não há somente medidas de estímulo geral, mas alguns esforços setoriais também são feitos. É o caso da eletrônica, com os desenvolvimentos da televisão de alta definição e dos componentes eletrônicos, projetos que estão no entanto ligados ao esforço de cooperação com o resto da comunidade européia. Por

⁶ A idéia é discutível na sua generalização, embora possa estar parcialmente correta no que se refere a alguns setores novos (de ponta): informática, eletrônica, biotecnologia...

outro lado, é criado o "Fonds Industriel de Modernisation", independente do Ministério das Finanças, com uma fonte de recursos própria, e destinado a fornecer recursos a baixo custo para aquelas empresas que não estivessem contempladas nos instrumentos já existentes (em virtude, por exemplo, da sua menor capacidade financeira, o que as tornaria inelegíveis). Em particular, o uso que foi feito deste fundo ilustra bem a ruptura com a "politique des filières", pois 90% foi gasto em importação de produtos de alta tecnologia. No entanto, se bem a indústria nacional não foi estimulada por este fato, pelo menos existe o consolo de que o fundo serviu para modernizar um pouco a indústria.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a "guinada" para o liberalismo não foi um movimento automático, tendo existido tentativas de se encontrar alternativas para a superação da crise. É certamente uma das mais importantes a que se refere à regulamentação do mercado de trabalho. Como já afirmamos, as mudanças foram no sentido de favorecer as empresas pelo recuo nas prerrogativas sociais e trabalhistas. No entanto, e é esta a tentativa, houve um esforço especial do governo (na verdade, do ministro do Trabalho) no sentido de promover algumas inovações sociais: "Entreprises Intermédiaires", "Travaux d'Utilités Collective", "Contrats de Formation-Reconversion". Estes esforços pretendiam modificar o tipo de relacionamento entre as empresas e os empregados, inspirados pelos resultados obtidos pelos japoneses em termos de relações intra-empresa.

Isto é, transformar o simples assistencialismo do Estado via seguro-desemprego em financiamento de atividades úteis socialmente ou em estágios de conversão de emprego que tivessem maior impacto seja sobre a qualificação do trabalhador, seja sobre a mobilidade da massa de trabalhadores, evitando assim os problemas de desemprego. O Estado chegou mesmo a oferecer gratificações e subvenções para as empresas que procurassem estabelecer estas novas relações entre empresa e empregados.

Ainda, e fruto da lei de descentralização, houve avanços em algumas regiões no que tange à solução dos problemas locais, através de novas relações de cooperação entre as empresas, a coletividade, os sindicatos e as universidades locais.

O esquema de política industrial e econômica acima exposto representa uma mudança fundamental no modelo de crescimento definido originalmente pela esquerda. Agora não mais se trata de recuperar o mercado interno, de desenvolver os pólos de crescimento para constituir filières, mas de exportar, de limitar o mercado interno para poder exportar, e de fazer com que estas exportações sejam o motor de crescimento da economia.

Como balanço desta etapa do governo, pode-se dizer que certamente as questões industriais não foram os principais parâmetros para a tomada das decisões a nível da economia como um todo. E nisto esta etapa contrasta fortemente com a precedente, onde a intervenção estatal era mais significativa e se destinava efetivamente a fazer da esfera industrial a esfera por excelência das modificações para a superação da crise.

Efetivamente, alguns dos desequilíbrios foram sanados: com as desvalorizações (que foram no entanto insuficientes) e a queda da demanda agregada o déficit comercial diminuiu e foi mesmo compensado pelo saldo dos serviços em 1984. O déficit público também foi diminuído, e a política de aumento de rentabilidade faz com que a participação dos lucros na renda voltasse aos níveis da metade da década de 70. Ainda, a inflação francesa diminuiu, se aproximando da dos outros países da Europa.

No entanto, os bons resultados comerciais escondem a realidade: na verdade, estes estão ligados ao crescimento da demanda mundial fruto do déficit comercial norte-americano, e não a uma melhora da competitividade. Tanto é assim que a participação das empresas francesas nos mercados mundiais diminuiu. Os resultados no exterior só escondem o fato de que as

empresas francesas são incapazes de se impor sobre o mercado interno francês, e que devem buscar outros mercados para conseguir sobreviver, mercados estes que não são necessariamente os mais competitivos⁷. Ainda, os resultados externos não conseguem compensar os resultados internos (queda do consumo familiar de produtos industriais de 5,6%) e o crescimento da economia acaba sendo dos mais fracos, aproximadamente 2% em dois anos. Por outro lado, e apesar do investimento começar a crescer, isto não é suficiente para compensar a queda no emprego causada pela política de corte de gastos públicos, principalmente no que se refere ao corte de subsídios dos setores deficitários (carvão, siderurgia, naval).

⁷ Lembremo-nos da primeira parte, onde se mostra que a França só obtém superávits com os países não desenvolvidos.

O GOVERNO CHIRAC (1986 - 1988)

Em 1986, uma nova maioria parlamentar se forma e indica o novo primeiro-ministro. O novo governo que se constitui é formado por uma aliança dos setores da direita francesa, e tentará implementar uma política econômica segundo os padrões liberais, à semelhança do que ocorria em outros países desenvolvidos.

Em termos concretos, isto significa que a nova orientação das políticas econômica e industrial se caracterizará por uma desconfiança a tudo o que representar uma "excessiva" intervenção do Estado na economia, e pela tentativa de eliminar estes excessos. Assim, a orientação de política econômica será a de dar condições gerais de apoio às empresas e ao setor produtivo (leia-se setor privado). É claro que dentro desta ótica não há lugar para uma política industrial, e muito menos uma intervencionista. Haverá portanto dentro deste período um aprofundamento das tendências anti-estatizantes e de desregulamentação que se verificaram a partir de 1983.

"..voltava-se à concepção liberal clássica, retomando precisamente as formulações da direita anti-estatista do fim do século passado..."¹

Aqui, no entanto, tem de ser feita uma ressalva importante. Contrariamente ao período anterior, o enfoque econômico atual se destina a favorecer não só a empresa (enquanto produtora de riqueza e de empregos), mas todo tipo de propriedade, seja ela produtiva ou não, e por consequência todos os tipos de proprietários. Ou seja, o direito de usufruto da propriedade não está submetido a considerações sobre sua utilidade e função social ou econômica. Embora esta possa parecer, à primeira vista, uma característica absolutamente normal do capitalismo, na verdade ela não o é em qualquer dos países desenvolvidos que

¹ Lipietz, A. (1987), página 20.

têm se destacado em termos de estrutura industrial e competitividade².

Com relação às medidas que privilegiavam a detenção de riqueza e propriedade, podem ser citadas: leis favorecendo os proprietários imobiliários, reestabelecimento do anonimato sobre a propriedade do ouro, eliminação do imposto sobre as grandes fortunas, redução das alíquotas do imposto de renda das faixas mais elevadas de renda, anistia para os capitais que fossem repatriados, etc. Enfim, fica claro que estas medidas fazem parte de uma concepção que fez "uma opção a favor dos detentores de riqueza"³

Em coerência com o projeto liberal, é elaborado um novo "Código da Concorrência", afim de estimular a "livre concorrência" e a "transparência de mercado". A inovação é que este código estipula que as empresas estatais não mais terão privilégios, tendo de se submeter ao mercado como todas as outras empresas. Ainda, é criado o "Conselho da Concorrência", com a missão de descobrir as empresas que mantenham práticas contrárias à lei.

Um plano liberal não estaria completo sem os tradicionais cortes no gasto público, com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário. De fato, os gastos são cortados, principalmente aqueles com a previdência social, inclusive com a redução da assistência aos velhos, doentes e desempregados. Os outros gastos, já cortados no período precedente, são ainda mais visados: corte nas despesas com pessoal, congelamento dos salários, redução significativa dos juros subsidiados para os setores de habitação, agricultura, exportação e indústria de maneira geral. Por outro lado, a política fiscal se torna mais branda; exemplo disto é a diminuição de cerca de 50% dos impostos sobre os lucros. Dentro da política de

² Este ponto será melhor tratado nas conclusões.

³ Rocha Miranda, J.C. e Mathieu, C.M. (1987), página 35.

desregulamentação, são liberados os preços e o câmbio. Todas estas medidas são tomadas visando ao aumento da rentabilidade das empresas.

Em particular, é fundamental no âmbito da desregulamentação aquela do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, já iniciada no período de 83 a 86. Tomam-se medidas muito duras: expansão das formas de contrato de trabalho mais precárias criadas durante o governo precedente, permissão para o trabalho noturno feminino, criação de estágios de iniciação à vida profissional para jovens (e por 25% do custo de mercado), permissão para o aumento das horas-extra a critério do empregador, permissão para demitir sem autorização administrativa... Ou seja, um recuo completo nas conquistas sociais.

O governo também corta tudo o que se refira a incentivos para a área de ciência e tecnologia: diminui o orçamento das universidades, diminui também o do Ministério da Indústria, o Fundo Industrial de Modernisation é suprimido, bem como quase extintas a "Agence Nationale pour la Valorisation de la Recherche" (incentivo à pesquisa) e a "Agence pour la Maîtrise de l'Energie" (Controle de Energia), diminui o crédito para as atividades de P&D em geral. Como afirma Lipietz:

"Na hora em que as grandes potências se enfrentam na guerra industrial atigada pela revolução tecnológica, a França, que já estava seriamente atrasada, decreta o desarmamento unilateral."

Por último, é deslançado um enorme programa de privatização, com o objetivo de, ao mesmo tempo, controlar os gastos públicos e assim reduzir o déficit, e diminuir a colocação de títulos financiadores do déficit no mercado, e com isto possibilitar a diminuição de impostos no futuro. Uma outra razão é o fato de que o novo governo acha que as empresas estatais estão por demais protegidas do mercado enquanto se mantiverem como estatais, apesar de terem se reestruturado ao

longo dos últimos anos. Assim, a única solução é privatizá-las. Este programa se compara ao programa de nacionalizações da esquerda de 1981, e na verdade o supera, pois é ainda de maior extensão. Não só pretende privatizar as empresas nacionalizadas em 81, como também privatizar empresas tradicionalmente estatais (algumas das quais desde o fim da 2ª guerra).

O programa é então privatizar 42 bancos, 3 companhias de seguro e os 9 grupos nacionalizados em 81, mais Elf-Aquitaine, Havas, bancos e seguradoras estatais desde a 2ª Guerra, canais de TV, etc. Os setores privatizados serão basicamente os financeiros e bancários, de bens intermediários, de bens de capital e do setor energético. É claro que isto traria problemas operacionais. O mercado financeiro seria por demais afetado se todas estas empresas fossem vendidas ao mesmo tempo. Por outro lado, nem todas apresentam resultados tão espetaculares como para suscitar o interesse do setor privado. Assim, a privatização se dará progressivamente, sendo que a etapa inicial da privatização começa pelas empresas Saint-Gobain e Paribas, as quais têm muito boa imagem e bons resultados financeiros. Com relação à primeira, cabe ressaltar que parte da compra foi feita por entidades estrangeiras (20% das ações) e pelos próprios empregados (10%, sendo que 50% dos empregados detêm agora ações).

Quanto aos resultados desta política liberal, embora os lucros tenham aumentado efetivamente sua participação no total da renda, os investimentos cresceram a um ritmo cada vez menor. Em parte isto se deve a que os lucros acabaram entrando no circuito financeiro (especulativo), em vez de se dirigirem para a produção. Por outro lado, também teve importância para isto o fato do governo ter retirado todo apoio aos setores estatais, provocando uma queda nos investimentos deste e por extensão naqueles do setor privado. A balança comercial foi negativa em

1986 e no primeiro semestre de 1987⁴, acusando inclusive déficits nos setores elétrico e mecânico, o que demonstra a falta de competitividade da indústria francesa.

Certamente isto se deveu em parte à absoluta falta de ajuda à indústria por parte do governo, bem como ao denodado esforço deste em eliminar o sistema de apoio à pesquisa. Cabe também ressaltar que toda a desregulamentação das relações trabalhistas teve por consequência criar uma "dualização" do mercado de trabalho, com trabalhadores qualificados de um lado e muito pouco qualificados do outro, e isto em tendência contrária à dos países desenvolvidos. Se no período 83-86 já fora difícil, embora se tentasse, criar novas formas de relações de trabalho no interior das empresas, a questão aqui nem se colocava. Como observa ironicamente Lipietz a respeito da "dualização":

"...e a liberdade para demitir os trabalhadores experientes e substituí-los por 'estagiários de iniciação à vida profissional' pagos quatro vezes menos não resolveu nada, a não ser as estatísticas de desemprego dos jovens... em detrimento do emprego dos seus pais."

⁴ Apesar das desvalorizações e das economias causadas pela queda dos preços do petróleo.

CONCLUSOES

Primeiramente, retomemos as conclusões da primeira parte do nosso trabalho. Observou-se o fato de que na França há segmentos de indústria que crescem mais rapidamente do que outros da mesma indústria. E isto não é um movimento sutil, mas forte e perfeitamente definido. Ao mesmo tempo, há uma diversificação do comércio externo. Outra conclusão levantada era de que teria havido mudança na "base de acumulação", passando a ser as exportações o motor da economia, ao invés do mercado interno.

Por outro lado, notou-se que há uma integração comercial cada vez maior da França com o resto dos países desenvolvidos, com os países da CEE participando cada vez mais das importações francesas e com os países da OCDE (fora da CEE) cada vez mais sendo destino das exportações francesas. Isto é, a França depende cada vez mais dos países desenvolvidos como consumidores ou como fornecedores. Isto não deve ser visto em si com nenhuma preocupação, mas o que é preocupante para a França é o fato dos déficits comerciais com os países desenvolvidos crescerem, de aumentar o número de setores deficitários, dos superávits realizados serem em sua esmagadora maioria com os países subdesenvolvidos e não com os desenvolvidos, dos superávits se darem por regiões e não por produtos, etc.

Enfim, tudo aponta para o fato de que a França está perdendo competitividade aceleradamente (com todos os problemas que isto acarreta do ponto de vista de emprego, produção e articulação da malha industrial), não sendo seus produtos capazes de se impor no mercado externo e também no interno.

Acreditamos que é possível dizer que todas estas conclusões são compatíveis com o fato de uma política de "créneaux" ter sido efetivamente implementada em todos os anos pós-73, com exceção do intervalo 81-83. De fato, o fracasso da indústria

francesa pode ser, pelo menos em parte, imputado ao tipo de política industrial implementada, fruto de uma concepção que não mais se adequa (na suposição de que alguma vez se tenha adequado, o que é discutível) à realidade produtiva mundial.

A razão disto é o fato da "politique des créneaux" ser incapaz de responder aos imperativos desta nova fase de acumulação. Apenas uma "politique des filières" o conseguiria. Isto porque só esta consegue redefinir o padrão de produção dentro da malha industrial; só esta é capaz de selecionar os pólos de competitividade que podem espalhar seus efeitos "benéficos" ao longo de toda a malha industrial. Aliás, é preciso deixar bem claro o significado dos pólos de competitividade. Eles não se limitam a estimular a produção de outros setores, isto é, a ter um efeito "keynesiano" em termos de emprego e produção. Eles têm também um efeito "schumpeteriano" de inovação tecnológica que se reflete sobre os custos, sobre a qualidade e sobre as possibilidades de criação de novos produtos e abertura de novos mercados. É este efeito que é o principal para se modificar a estrutura industrial e entrar na terceira revolução industrial¹.

Significa isto que a "politique des créneaux" é inútil? Não. Porque esta pode ser útil em determinados estágios de desenvolvimento. Embora ela não faça sentido para os países desenvolvidos, dado o grau de desenvolvimento da indústria, pode ser fundamental para que países menos desenvolvidos possam conseguir uma inserção mais favorável no comércio internacional e posteriormente tentar promover uma política, aí sim, de filières. Um exemplo histórico demonstrará esta tese: o Japão, na sua reconstrução, privilegiou a produção de bens de consumo de

¹ Cabe observar que nossa interpretação do "pólo de competitividade" enfatiza mais seu aspecto tecnológico do que quantitativo (emprego ou produção). Preferimos considerar como "créneaux" justamente aquele no qual o país tem vantagens e que provoca os grandes efeitos em termos de emprego e quantidade produzida. Assim, nossa interpretação pode talvez diferir de outras nesta questão.

massa ("créneaux"). Isto gerou uma série de ganhos de produtividade graças às economias de escala, ao mesmo tempo em que criava mercados de grandes dimensões para os setores de base. Com isto, estes foram estimulados, bem como a P&D da economia como um todo. A partir de um certo momento, a ênfase passou a ser dada nestes setores de base (não estamos nos referindo somente aos setores pesados, mas também aos de ponta), os quais passaram a ser os centros dinâmicos da economia, repassando seus efeitos tecnológicos para a frente, bem como os estritamente keynesianos de emprego e consumo.

No caso francês, há pouca especialização "interbranche", isto é, em todos os níveis internos das "filières" de soberania e dos setores estratégicos. Há no entanto, especialização "intrabranche", isto é, em alguns segmentos de todos os setores. Vemos portanto que a França possui uma especialização em um número razoável de "créneaux", mas em poucas "filières", o que afeta diretamente a competitividade, os resultados do comércio e o ritmo de produção interno, já que a França é por demais pequena para pretender se sustentar no mercado interno.

Fazendo outro tipo de consideração, é preciso ressaltar que a política industrial está sempre subordinada a uma política econômica global, pois a política industrial não é capaz de abarcar todos os tipos de problemas (e soluções) da economia. Por outro lado, tem sempre um marco de referência internacional, resultado da internacionalização do comércio e das atividades produtivas, bem como da reduzida dimensão do país tanto em relação à sua produção, quanto na possibilidade (inexistente) de se desenvolver sustentada apenas pela demanda interna. Portanto, a política industrial deve estar em consonância com a política econômica global nacional e com os parâmetros ditados pela situação mundial.

Embora isto pareça óbvio, é necessário fazer esta colocação pois a experiência da França no período 81-83 parece mostrar que

isto não foi levado em conta. De fato, o "voluntarismo" da esquerda no período tentou passar por cima destas considerações, e acabou provocando uma série de desequilíbrios (principalmente da balança de pagamentos) cuja solução acabou inviabilizando a própria política industrial pretendida, dado que esta era incompatível com a política econômica definida para a superação dos desequilíbrios.

No entanto, se bem a política industrial não está desvinculada da econômica, até que ponto deve estar vinculada? A experiência de vários governos foi a de tentar criar uma certa independência do Ministério da Indústria em relação ao de Finanças, pois isto era visto como necessário para concretizar opções estratégicas de política industrial, cuja importância poderia não ser clara para este último ministério. Enfim, parece necessário, numa política industrial sofisticada, que as decisões estratégicas industriais sejam tomadas por órgãos de política industrial (e não por órgãos de orçamento e finanças), conjuntamente com representantes do setor produtivo privado industrial e bancário). O caso japonês é ilustrativo a este respeito, com a relação MITI-Bancos-Empresas. No caso francês, não se deu este tipo de relacionamento, nem mesmo no governo socialista de 81-83, pois o papel de cada um destes elementos foi talvez insuficientemente definido, bem como indefinida foi a autonomia de todo o setor de planejamento industrial em relação aos órgãos de orçamento e finanças.

Em termos concretos, os desequilíbrios se refletiram na incompatibilidade de uma política expansionista do setor público com a recessão mundial e com o Franco valorizado. E a mudança de política industrial se deu em direção da priorização dos setores exportadores. Assim, a necessidade de correção dos desequilíbrios de curto prazo na balança de pagamentos acabou levando novamente à "politique des créneaux".

Esta observação crítica à gestão socialista não deve ser encarada como uma defesa da "politique des créneaux". Muito pelo contrário, esta só é defendida pelos liberais, na medida em que satisfaz suas aspirações de livre mercado e livre comércio. Mas os liberais, na sua obtusa visão, não perceberam que havia algo de podre no reino da Dinamarca, isto é, que o modelo de "créneaux" era incapaz de resolver os problemas estruturais que se apresentaram na década de 70, e que não eram nem de longe causados apenas pela crise do petróleo (retomamos aqui a idéia de esgotamento do padrão "fordista" de acumulação proposta por Lipietz).

Em decorrência deste fato, os liberais não perceberam que seria impossível, tão somente com a recuperação dos lucros, aumentar o investimento e retomar o crescimento. Sequer de Keynes eles se aproximaram, pois sequer levaram em conta que os investimentos não são só realizados a partir dos lucros, mas também quando as expectativas são favoráveis. Enfim, as políticas liberais (principalmente as mais recentes), tanto econômicas quanto industriais, detêm um duplo atraso: com relação ao keynesianismo e com relação à terceira revolução industrial. Certamente o tempo gasto com estas políticas representou um sério atraso na corrida pelo domínio dos novos setores dinâmicos. É por isso que é possível desconfiar das consequências do programa de privatizações para os resultados de competitividade.

É importante fazer a diferenciação entre as políticas liberais e aquela socialista do período de transição para o liberalismo (83-86). Aquelas postulavam a "politique des créneaux" por uma opção ideológica e política; esta, e relativamente, por uma opção de estabilização econômica, embora houvesse traços ideológicos embutidos.

Um outro aspecto que deve ser considerado quando se trata a política industrial e que foi objeto de muitas modificações ao

longo dos períodos estudados é a questão das relações de trabalho (ou de produção). Complementarmente às "filières", é preciso criar novas relações entre os empregados dentro da empresa, bem como novas relações destes com as tarefas produtivas. Isto passa por dar maior qualificação aos trabalhadores. Novamente, o exemplo japonês mostra como as relações intra-empresa são fundamentais para definir um novo tipo de padrão produtivo e aumentar a eficiência e a competitividade. O taylorismo não mais serve, e portanto não mais serve a desqualificação do trabalhador (obviamente esta frase precisa ser relativizada). Assim, a "dualização" do mercado de trabalho na França, por iniciativa liberal, não é capaz de resolver alguns dos problemas produtivos dentro da empresa. É por isto que as iniciativas socialistas de criar novos tipos de relação foram, embora insuficientes e posteriormente abandonadas, uma inovação positiva.

Um último ponto que merece destaque para a análise da política industrial francesa é o fato de que houve, no período estudado, muitas mudanças de estratégia. Isto obviamente causou efeitos perversos sobre a indústria, que já estão demonstrando suas consequências nas estatísticas de comércio exterior. Há que se reparar, no entanto, que de maneira geral houve um consenso quanto à realização dos "mega-programas" citados anteriormente, porém isto não foi, e não é, suficiente para definir uma estratégia global e de longo prazo a nível industrial, mesmo porque todos os outros aspectos de política industrial foram polêmicos. Assim, os 10 anos de atraso da França tendem a pesar cada vez mais na economia, ainda mais se pensarmos no advento de uma comunidade européia dominada por uma "super-Alemanha" e com a participação de uma potência tal que a URSS.

CLASSIFICAÇÃO I S I C (OCDE)

Para as tabelas 1, 2, 7 e 8.

CODIGO ISIC T I P O D E A T I V I D A D E

31	ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO
311/2	Alimentos
313	Bebidas
314	Fumo
32	TEXTEIS, VESTUARIO COUROS
321	Téxteis
322	Roupas
323	Couros e derivados
324	Calçados
33	PRODUTOS EM MADEIRA E MOVEIS
34	PAPEL, PRODUTOS EM PAPEL E IMPRESSAO
341	Papel e produtos de papel
342	Impressão e publicação
35	PRODUTOS QUIMICOS
351/2	Químicos industriais e outros químicos
353	Refinarias de petróleo
36	PRODUTOS MINERAIS NAO-METALICOS
37	INDUSTRIAS BASICAS DE METAL
371	Ferro e aço
372	Metais não-ferrosos
38	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METALICOS
381	Objetos metálicos
382	Máquinas não-elétricas
383	Máquinas elétricas
384	Material de transporte

T A B E L A 1

PARTICIPACAO DE CADA SETOR NO EMPREGO DA INDUSTRIA MANUFATUREIRA (milhares)			VARIACAO ABSOLUTA NO EMPREGO (milhares)		CRESCIMENTO REAL DO EMPREGO		ORDENACAO DO CRESCIMENTO	
ISIC	1980	1985	ISIC	80/85	ISIC	80/85	ISIC	80/85
31	576.1	609.0	31	32.9	31	5.71%	11/2	7.30%
11/2	510.7	548.0	11/2	37.3	11/2	7.30%	31	5.71%
13	55.1	53.0	13	-2.1	13	-3.81%	42	3.53%
14	10.3	8.0	14	-2.3	14	-22.33%	34	-2.91%
32	667.9	544.0	32	-123.9	32	-18.55%	83	-3.19%
21	298.1	237.0	21	-61.1	21	-18.30%	13	-3.81%
22	264.9	217.0	22	-47.9	22	-18.08%	51/2	-7.16%
23	39.1	30.0	23	-9.1	23	-23.27%	35	-8.80%
24	73.8	60.0	24	-13.8	24	-18.70%	82	-10.30%
33	234.0	208.0	33	-26.0	33	-11.11%	3000	-11.02%
34	329.6	320.0	34	-9.6	34	-2.91%	33	-11.11%
41	122.9	106.0	41	-16.9	41	-13.75%	38	-12.35%
42	206.7	214.0	42	7.3	42	3.53%	41	-13.75%
35	595.4	543.0	35	-52.4	35	-8.80%	53	-17.46%
51/2	347.9	323.0	51/2	-24.9	51/2	-7.16%	22	-18.08%
53	31.5	26.0	53	-5.5	53	-17.46%	21	-18.30%
36	218.5	170.0	36	-48.5	36	-22.20%	84	-18.37%
37	348.7	275.0	37	-73.7	37	-21.14%	32	-18.55%
71	257.0	206.0	71	-51.0	71	-19.84%	81	-18.58%
72	91.7	69.0	72	-22.7	72	-24.75%	24	-18.70%
38	2128.6	1913.0	38	-215.6	38	-12.35%	71	-19.84%
81	287.4	234.0	81	-53.4	81	-18.58%	37	-21.14%
82	626.5	562.0	82	-64.5	82	-10.30%	36	-22.20%
83	494.8	479.0	83	-15.8	83	-3.19%	14	-22.33%
84	686.0	560.0	84	-126.0	84	-18.37%	23	-23.27%
3000	5263.2	4683.0	3000	-580.2	3000	-11.02%	72	-24.75%

FORTE: Industrial Structure Statistics, 1984 e 1986, OCDE

T A B E L A 2

PARTICIPACAO RELATIVA DOS SETORES NO EMPREGO DA INDUSTRIA MANUFATUREIRA			VARIACAO DA PART. REALTIVA DOS SETORES NO EMPREGO		ORDENACAO DA VARIACAO PARTICIPACAO RELATIVA	
ISIC	1980	1985	ISIC	80/85	ISIC	80/85
31	10.95%	13.00%	31	18.72%	11/2	20.62%
11/2	9.70%	11.70%	11/2	20.62%	31	18.72%
13	1.05%	1.13%	13	7.62%	42	16.28%
14	0.20%	0.17%	14	-15.00%	34	9.11%
32	12.69%	11.62%	32	-8.43%	83	8.83%
21	5.51%	5.06%	21	-8.17%	13	7.62%
22	5.03%	4.63%	22	-7.95%	51/2	4.39%
23	0.74%	0.64%	23	-13.51%	35	2.56%
24	1.40%	1.28%	24	-8.57%	82	0.84%
33	4.45%	4.44%	33	-0.22%	33	-0.22%
34	6.26%	6.83%	34	9.11%	38	-1.50%
41	2.34%	2.26%	41	-3.42%	41	-3.42%
42	3.93%	4.57%	42	16.28%	53	-6.67%
35	11.31%	11.60%	35	2.56%	22	-7.95%
51/2	6.61%	6.90%	51/2	4.39%	21	-8.17%
53	0.60%	0.56%	53	-6.67%	84	-8.21%
36	4.15%	3.63%	36	-12.53%	81	-8.42%
37	6.63%	5.87%	37	-11.46%	32	-8.43%
71	4.88%	4.40%	71	-9.84%	24	-8.57%
72	1.74%	1.47%	72	-15.52%	71	-9.84%
38	41.47%	40.85%	38	-1.50%	37	-11.46%
81	5.46%	5.00%	81	-8.42%	36	-12.53%
82	11.90%	12.00%	82	0.84%	23	-13.51%
83	9.40%	10.23%	83	8.83%	14	-15.00%
84	13.03%	11.96%	84	-8.21%	72	-15.52%
3000	100.00%	100.00%				

T A B E L A 3

PARTICIPACAO RELATIVA DE CADA SETOR NA PRODUCAO INDUSTRIAL

SETOR	a partir dos preços correntes			a partir dos valores em preços constantes de 1980		
	1970	1979	1988	1970	1979	1988
AGRICOLAS E ALIMENTARES	18.94%	16.63%	15.65%	16.62%	15.80%	16.43%
Carnes, laticínios	8.99%	7.71%	7.24%	7.57%	7.14%	7.73%
Outros	9.95%	8.92%	8.41%	9.05%	8.66%	8.71%
ENERGIA	10.31%	14.05%	12.08%	16.48%	16.19%	13.96%
Combustíveis minerais sólidos	1.03%	0.68%	0.34%	1.50%	0.72%	0.40%
Prod. petrolíferos, gás natural	6.10%	9.34%	6.09%	11.50%	11.16%	7.78%
Eletricidade, gás, água	3.19%	4.02%	5.65%	3.47%	4.31%	5.79%
BENS INTERMEDIARIOS	27.85%	26.53%	25.64%	27.48%	26.55%	25.59%
Minerais e metais ferrosos	5.84%	4.46%	3.04%	5.39%	4.28%	3.25%
Minerais e metais não-ferrosos	2.23%	2.33%	2.62%	1.96%	2.49%	2.52%
Material de construção	2.81%	2.85%	2.75%	3.33%	2.85%	2.62%
Vidro	0.67%	0.72%	0.76%	0.62%	0.71%	0.74%
Química de base, fibras sintéticas	4.22%	4.78%	4.54%	4.25%	4.93%	4.96%
Metalurgia, trabalho dos metais	7.05%	6.29%	6.04%	6.99%	6.19%	5.61%
Papel, papelão	2.49%	2.25%	2.67%	2.39%	2.26%	2.64%
Borracha, materiais plásticos	2.54%	2.86%	3.23%	2.55%	2.84%	3.24%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	16.66%	16.22%	18.67%	14.23%	15.58%	17.43%
Construção mecânica	7.79%	7.19%	7.34%	7.09%	6.98%	6.85%
Material elétrico profissional	5.99%	6.13%	7.51%	4.62%	5.85%	6.93%
Naval, aeronáutica, armamento	2.87%	2.89%	3.82%	2.52%	2.75%	3.65%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	1.05%	1.02%	0.95%	0.76%	0.96%	1.15%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTRE	6.67%	7.87%	8.57%	6.93%	7.62%	7.68%
BENS DE CONSUMO	18.53%	17.69%	18.43%	17.50%	17.32%	17.75%
Parafarmácia, farmacêutica	3.46%	3.58%	4.71%	3.02%	3.53%	4.77%
Têxteis, vestuário	7.37%	5.93%	5.02%	6.77%	5.66%	4.80%
Couro, sapatos	1.12%	0.97%	0.76%	1.26%	0.93%	0.64%
Madeira, móveis, ind. diversas	3.76%	4.21%	3.80%	3.57%	4.29%	3.76%
Impressão, edição	2.82%	3.00%	4.15%	2.87%	2.91%	3.77%
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

T A B E L A 4

ORDENACAO DA VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA DE CADA SETOR NA PRODUCAO INDUSTRIAL

a partir dos valores em preços:

SETOR	CORRENTES		CONSTANTE DE 1980	
		70/79	SETOR	70/79
Prod.petroliferos, gas natural		53.24%	Minerais e metais nao-ferrosos	26.87%
ENERGIA		36.26%	Material eletrico profissional	26.58%
Eletricidade, gas, agua		26.10%	BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	26.14%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE		17.93%	Eletricidade, gas, agua	24.09%
Quimica de base, fibras sintetic.		13.14%	Madeira, moveis, ind. diversas	20.01%
Borracha, materiais plasticos		12.27%	Paraguimica, farmaceutica	16.85%
Madeira, moveis, ind. diversas		12.12%	Quimica de base, fibras sintetic.	15.93%
Vidro		6.65%	Vidro	14.42%
Impressao, edicao		6.29%	Borracha, materiais plasticos	11.35%
Minerais e metais nao-ferrosos		4.24%	AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	9.93%
Paraguimica, farmaceutica		3.52%	BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	9.44%
Material eletrico profissional		2.43%	Naval, aeronautica, armamento	9.12%
Material de construcao		1.51%	Impressao, edicao	1.20%
Naval, aeronautica, armamento		0.25%	BENS DE CONSUMO	-1.04%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO		-2.55%	Construcao mecanica	-1.61%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL		-2.65%	ENERGIA	-1.76%
BENS DE CONSUMO		-4.49%	Prod.petroliferos, gas natural	-3.03%
BENS INTERMEDIARIOS		-4.75%	BENS INTERMEDIARIOS	-3.41%
Construcao mecanica		-7.65%	Outros	-4.36%
Papel, papelao		-9.62%	AGRICOLAS E ALIMENTARES	-4.95%
Outros		-10.37%	Papel, papelao	-5.53%
Metalurgia, trabalho dos metais		-10.68%	Carnes, laticinios	-5.65%
AGRICOLAS E ALIMENTARES		-12.20%	Metalurgia, trabalho dos metais	-11.40%
Couros, sapatos		-13.27%	Material de construcao	-14.50%
Carnes, laticinios		-14.24%	Texteis, vestuario	-16.31%
Texteis, vestuario		-19.52%	Minerais e metais ferrosos	-20.52%
Minerais e metais ferrosos		-23.65%	Couros, sapatos	-26.60%
Combustiveis minerais solidos		-33.21%	Combustiveis minerais solidos	-51.86%

FORTE: Elaborado a partir de Les comptes nationaux trimestriels, INSEE RESULTATS

T A B E L A 5

ORDENACAO DA VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA DE CADA SETOR NA PRODUCAO INDUSTRIAL

a partir dos valores em precos:

SETOR	CORRENTES		SETOR	CONSTANTE
	79/88			DE 1986
	79/88			79/86
Eletricidade, gas, agua	40.50%		Paraquimica, farmaceutica	35.16%
Impressao, edicao	36.31%		Eletricidade, gas, agua	34.18%
Naval, aeronautica, armamento	32.04%		Naval, aeronautica, armamento	32.92%
Paraquimica, farmaceutica	31.36%		Impressao, edicao	29.80%
Material eletrico profissional	22.46%		BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	20.70%
Papel, papelao	18.89%		Material eletrico profissional	18.50%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	15.14%		Papel, papelao	16.62%
Borracha, materiais plasticos	13.08%		Borracha, materiais plasticos	14.23%
Minerais e metais nao-ferrosos	12.43%		BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	11.92%
AUTONOR., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	8.91%		Carnes, laticinios	8.20%
Vidro	5.29%		Vidro	4.45%
BENS DE CONSUMO	4.16%		AGRICOLAS E ALIMENTARES	4.04%
Construcao mecanica	2.10%		BENS DE CONSUMO	2.48%
BENS INTERMEDIARIOS	-3.33%		Minerais e metais nao-ferrosos	1.42%
Material de construcao	-3.70%		AUTONOR., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	0.82%
Metalurgia, trabalho dos metais	-3.97%		Quimica de base, fibras sintetic.	0.76%
Quimica de base, fibras sintetic.	-4.96%		Outros	0.60%
Outros	-5.68%		Construcao mecanica	-1.87%
AGRICOLAS E ALIMENTARES	-5.86%		BENS INTERMEDIARIOS	-3.60%
Carnes, laticinios	-6.06%		Material de construcao	-8.06%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	-6.66%		Metalurgia, trabalho dos metais	-9.36%
Madeira, moveis, ind. diversas	-9.79%		Madeira, moveis, ind. diversas	-12.30%
ENERGIA	-14.00%		ENERGIA	-13.76%
Texteis, vestuario	-15.32%		Texteis, vestuario	-15.26%
Couros, sapatos	-22.08%		Minerais e metais ferrosos	-24.01%
Minerais e metais ferrosos	-31.80%		Prod.petroliferos, gas natural	-30.29%
Prod.petroliferos, gas natural	-34.82%		Couros, sapatos	-30.80%
Combustiveis minerais solidos	-49.84%		Combustiveis minerais solidos	-44.62%

FONTE: Elaborado a partir de: Les comptes nationaux trimestriels, INSEE RESULTATS

T A B E L A 6

ORDENACAO DA VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA DE CADA SETOR NA PRODUCAO INDUSTRIAL

a partir dos valores em precos:

CORRENTES		CONSTANTE DE 1980	
SETOR	70/88	SETOR	70/88
Eletricidade, gas, agua	77.18%	Eletricidade, gas, agua	66.50%
Impressao, edicao	47.00%	Paraquimica, farmaceutica	57.93%
Paraquimica, farmaceutica	36.00%	BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	52.25%
Naval, aeronautica, armamento	32.37%	Material eletrico profissional	50.00%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	28.44%	Naval, aeronautica, armamento	45.05%
Borracha, materiais plasticos	26.95%	Impressao, edicao	31.36%
Material eletrico profissional	25.47%	Minerais e metais nao-ferrosos	26.67%
Minerais e metais nao-ferrosos	17.20%	Borracha, materiais plasticos	27.19%
ENERGIA	17.18%	BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	22.48%
Vidro	12.29%	Vidro	19.51%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	12.09%	Quimica de base, fibras sintetic.	16.74%
Quimica de base, fibras sintetic.	7.53%	AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	10.84%
Papel, papelao	7.46%	Papel, papelao	10.16%
Madeira, moveis, ind. diversas	1.14%	Madeira, moveis, ind. diversas	5.25%
Prod.petroliferos, gas natural	-0.11%	Carnes, laticinios	2.08%
BENS DE CONSUMO	-0.52%	BENS DE CONSUMO	1.42%
Material de construcao	-2.24%	AGRICOLAS E ALIMENTARES	-1.11%
Construcao mecanica	-5.71%	Construcao mecanica	-3.45%
BENS INTERMEDIARIOS	-7.92%	Outros	-3.79%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	-9.04%	BENS INTERMEDIARIOS	-6.89%
Metalurgia, trabalho dos metais	-14.23%	ENERGIA	-15.28%
Outros	-15.46%	Metalurgia, trabalho dos metais	-19.70%
AGRICOLAS E ALIMENTARES	-17.35%	Material de construcao	-21.40%
Carnes, laticinios	-19.45%	Texteis, vestuario	-29.18%
Texteis, vestuario	-31.65%	Prod.petroliferos, gas natural	-32.41%
Couros, sapatos	-32.42%	Minerais e metais ferrosos	-39.11%
Minerais e metais ferrosos	-47.93%	Couros, sapatos	-49.71%
Combustiveis minerais solidos	-66.49%	Combustiveis minerais solidos	-75.74%

T A B E L A 7

PARTICIPACAO RELATIVA DOS SETORES NA
PRODUCAO DA INDUSTRIA MANUFATUREIRA

ORDENACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA

a partir dos valores em precos:

CORRENTES			CORRENTES CONSTANTES			CORRENTES		CORRENTES		CONSTANTE	
ISIC	Franca 1980	Franca 1987	Franca 1987	ISIC	Franca 1980	ISIC	Franca 1987	ISIC	Franca 1987	ISIC	Franca 1987
31	18.04%	17.32%	18.42%	38	32.03%	38	35.65%	38	33.76%		
11/2	15.57%	15.19%	16.41%	35	23.55%	35	19.18%	35	20.47%		
13	1.85%	1.75%	1.68%	31	18.04%	31	17.32%	31	18.42%		
14	0.62%	0.39%	0.32%	11/2	15.57%	11/2	15.19%	11/2	16.41%		
				84	11.58%	84	12.58%	84	11.98%		
32	6.67%	6.85%	6.35%	53	10.84%	51/2	9.62%	51/2	10.38%		
21	3.51%	3.54%	3.32%	82	9.95%	82	8.77%	82	8.28%		
22	2.09%	2.35%	2.20%	51/2	9.49%	843	8.71%	843	8.12%		
23	0.42%	0.42%	0.34%	37	8.00%	83	7.55%	83	7.49%		
24	0.65%	0.53%	0.49%	32	6.67%	34	7.16%	37	7.09%		
				83	6.23%	32	6.85%	34	6.70%		
33	2.65%	2.79%	2.89%	71	5.55%	37	6.55%	53	6.52%		
				34	5.02%	53	6.24%	32	6.35%		
34	5.02%	7.16%	6.70%	21	3.51%	81	5.50%	81	5.00%		
41	2.59%	2.82%	2.85%	81	3.49%	42	4.34%	71	4.45%		
42	2.43%	4.34%	3.85%	36	3.02%	71	4.23%	42	3.85%		
				33	2.65%	21	3.54%	21	3.32%		
35	23.55%	19.18%	20.47%	41	2.59%	36	3.22%	36	3.12%		
51/2	9.49%	9.62%	10.38%	72	2.45%	41	2.82%	33	2.89%		
53	10.84%	6.24%	6.52%	42	2.43%	33	2.79%	41	2.85%		
				22	2.09%	22	2.35%	72	2.64%		
36	3.02%	3.22%	3.12%	13	1.85%	72	2.32%	22	2.20%		
				24	0.65%	13	1.75%	13	1.68%		
37	8.00%	6.55%	7.09%	14	0.62%	24	0.53%	24	0.49%		
71	5.55%	4.23%	4.45%	23	0.42%	23	0.42%	23	0.34%		
72	2.45%	2.32%	2.64%	843	---	14	0.39%	14	0.32%		
38	32.03%	35.65%	33.76%								
81	3.49%	5.50%	5.00%								
82	9.95%	8.77%	8.28%								
83	6.23%	7.55%	7.49%								
84	11.58%	12.58%	11.98%								
843	---	8.71%	8.12%								
3000	100.00%	100.00%	100.00%								

T A B E L A 8

VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA DOS SETORES
NA PRODUCAO DA INDUSTRIA MANUFATUREIRA

ORDENACAO DA VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIV

a partir dos valores em precos:

CORRENTES CONSTANTES			CORRENTES		CONSTANTE	
ISIC	Franca 80/87	Franca 80/87	ISIC	Franca 80/87	ISIC	Franca 80/87
31	-3.99%	2.11%	42	78.60%	42	58.44%
11/2	-2.44%	5.39%	81	57.59%	81	43.27%
13	-5.41%	-9.19%	34	42.63%	34	33.47%
14	-37.10%	-48.39%	83	21.19%	83	20.22%
32	2.70%	-4.80%	22	12.44%	41	10.04%
21	0.85%	-5.41%	38	11.30%	51/2	9.38%
22	12.44%	5.26%	41	8.88%	33	9.06%
23	0.00%	-19.05%	84	8.64%	72	7.76%
24	-18.46%	-24.62%	36	6.62%	38	5.40%
33	5.28%	9.06%	33	5.28%	11/2	5.39%
34	42.63%	33.47%	32	2.70%	22	5.26%
41	8.88%	10.04%	51/2	1.37%	84	3.45%
42	78.60%	58.44%	21	0.85%	36	3.31%
35	-18.56%	-13.08%	23	0.00%	31	2.11%
51/2	1.37%	9.38%	11/2	-2.44%	32	-4.80%
53	-42.44%	-39.85%	31	-3.99%	21	-5.41%
36	6.62%	3.31%	72	-5.31%	13	-9.19%
37	-18.13%	-11.37%	13	-5.41%	37	-11.37%
71	-23.78%	-19.82%	82	-11.86%	35	-13.08%
72	-5.31%	7.76%	37	-18.13%	82	-16.78%
38	11.30%	5.40%	24	-18.46%	23	-19.05%
81	57.59%	43.27%	35	-18.56%	71	-19.82%
82	-11.86%	-16.78%	71	-23.78%	24	-24.62%
83	21.19%	20.22%	14	-37.10%	53	-39.85%
84	8.64%	3.45%	53	-42.44%	14	-48.39%

T A B E L A 9

PARTICIPACAO DOS SETORES NAS EXPORTACOES

a partir dos valores correntes

INDUSTRIA	SETOR / EXPORTACOES			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	9.72%	9.42%	9.79%	-3.09%	3.93%	0.72%
ENERGIA	2.60%	4.27%	2.41%	64.23%	-43.56%	-7.31%
BENS INTERMEDIARIOS	30.84%	28.94%	28.70%	-6.16%	-0.83%	-6.94%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	24.41%	26.36%	27.85%	7.99%	5.65%	14.09%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	0.98%	1.21%	1.50%	23.47%	23.97%	53.06%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	13.42%	15.22%	14.08%	13.41%	-7.49%	-4.92%
BENS DE CONSUMO	18.03%	14.59%	15.67%	-19.08%	7.40%	-13.09%
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 10

PARTICIPACAO DOS SETORES NAS EXPORTACOES

a partir dos valores constantes de 1980

INDUSTRIA	SETOR / EXPORTACOES			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	8.83%	9.51%	11.20%	7.70%	17.77%	26.84%
ENERGIA	6.94%	5.41%	3.88%	-22.05%	-28.28%	-44.09%
BENS INTERMEDIARIOS	32.53%	29.54%	30.11%	-9.19%	1.93%	-7.44%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	20.35%	25.42%	24.96%	24.91%	-1.81%	22.65%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	0.77%	1.19%	1.57%	54.55%	31.93%	103.90%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	14.52%	14.57%	12.98%	0.34%	-10.91%	-10.61%
BENS DE CONSUMO	16.05%	14.37%	15.29%	-10.47%	6.40%	-4.74%
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 11

PARTICIPACAO DOS SETORES NAS IMPORTACOES

a partir dos valores correntes

INDUSTRIA	SETOR / IMPORTACOES			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
AGRICOLAS E ALIMENTARES	9.10%	8.03%	7.90%	-11.76%	-1.62%	-13.19%
ENERGIA	13.85%	23.50%	8.89%	69.68%	-62.17%	-35.81%
BENS INTERMEDIARIOS	34.62%	28.10%	28.22%	-18.83%	0.43%	-18.49%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	23.08%	17.20%	24.91%	-25.48%	44.83%	7.93%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	1.87%	2.11%	2.96%	12.83%	40.28%	58.29%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	5.74%	7.01%	10.39%	22.13%	48.22%	81.01%
BENS DE CONSUMO	11.74%	14.05%	16.73%	19.68%	19.07%	42.50%
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 12

PARTICIPACAO DOS SETORES NAS IMPORTACOES

a partir dos valores constantes de 1980

INDUSTRIA	SETOR / IMPORTACOES			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
AGRICOLAS E ALIMENTARES	5.77%	6.75%	7.89%	16.98%	16.89%	36.74%
ENERGIA	40.60%	31.35%	17.33%	-22.78%	-44.72%	-57.32%
BENS INTERMEDIARIOS	27.74%	26.43%	27.08%	-4.72%	2.46%	-2.38%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	12.74%	14.97%	20.77%	17.50%	38.74%	63.03%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	1.02%	1.80%	3.62%	76.47%	101.11%	254.90%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	4.50%	6.13%	8.18%	36.22%	33.44%	81.78%
BENS DE CONSUMO	7.64%	12.57%	15.12%	64.53%	20.29%	97.91%
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 13

PARTICIPACAO DE CADA SETOR NO SUPERAVIT TOTAL

a partir dos valores correntes

INDUSTRIA	SETOR / SUPERAVIT			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	1.71%	4.35%	27.49%	154.39%	531.95%	1507.60%
ENERGIA	---	---	---	---	---	---
BENS INTERMEDIARIOS	---	---	---	---	---	---
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	2.49%	48.09%	2.59%	1831.33%	-94.61%	4.02%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	---	---	---	---	---	---
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	53.85%	47.56%	69.92%	-11.68%	47.01%	29.84%
BENS DE CONSUMO	41.95%	---	---	---	---	---
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 14

PARTICIPACAO DE CADA SETOR NO SUPERAVIT TOTAL

a partir dos valores constantes de 1980

INDUSTRIA	SETOR / SUPERAVIT			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	5.78%	8.73%	30.76%	51.04%	252.35%	432.16%
ENERGIA	---	---	---	---	---	---
BENS INTERMEDIARIOS	---	---	---	---	---	---
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	17.41%	46.29%	---	165.88%	---	---
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	---	---	---	---	---	---
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	45.67%	44.97%	69.24%	-1.53%	53.97%	51.61%
BENS DE CONSUMO	31.13%	---	---	---	---	---
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 15

PARTICIPACAO DE CADA SETOR NO DEFICIT TOTAL

a partir dos valores correntes

INDUSTRIA	SETOR / DEFICIT			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
AGRICOLAS E ALIMENTARES	---	---	---	---	---	---
ENERGIA	65.59%	86.44%	49.94%	31.79%	-42.23%	-23.86%
BENS INTERMEDIARIOS	29.02%	6.42%	18.28%	-77.88%	184.74%	-37.01%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	---	---	---	---	---	---
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	5.38%	4.41%	11.98%	-18.03%	171.66%	122.68%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	---	---	---	---	---	---
BENS DE CONSUMO	---	2.73%	19.80%	---	625.27%	---
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 16

PARTICIPACAO DE CADA SETOR NO DEFICIT TOTAL

a partir dos valores constantes de 1980

INDUSTRIA	SETOR / DEFICIT			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
AGRICOLAS E ALIMENTARES	---	---	---	---	---	---
ENERGIA	89.89%	89.07%	58.63%	-0.91%	-34.18%	-34.78%
BENS INTERMEDIARIOS	8.98%	6.19%	14.05%	-31.07%	126.98%	56.46%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	---	---	4.78%	---	---	---
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	1.13%	2.69%	9.78%	138.05%	263.57%	765.49%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	---	---	---	---	---	---
BENS DE CONSUMO	---	2.06%	12.76%	---	519.42%	---
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%			

T A B E L A 17

PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO DESTINADA AO MERCADO EXTERNO

a partir dos valores correntes

INDUSTRIA	EXPORTACOES / PRODUCAO			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	7.99%	12.59%	16.49%	57.57%	30.98%	106.38%
ENERGIA	3.92%	6.75%	5.25%	72.19%	-22.22%	33.93%
BENS INTERMEDIARIOS	17.25%	24.25%	29.50%	40.58%	21.65%	71.01%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	22.82%	36.13%	39.31%	58.33%	8.80%	72.26%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	14.56%	26.35%	41.57%	80.98%	57.76%	185.51%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	31.34%	43.01%	43.33%	37.24%	0.74%	38.26%
BENS DE CONSUMO	15.16%	18.32%	22.41%	20.84%	22.33%	47.82%
T O T A L	15.57%	22.23%	26.36%	42.77%	18.58%	69.30%

T A B E L A 18

PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO DESTINADA AO MERCADO EXTERNO

a partir dos valores constantes de 1980

INDUSTRIA	EXPORTACOES / PRODUCAO			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	7.90%	12.97%	17.83%	64.18%	37.47%	125.70%
ENERGIA	6.26%	7.38%	6.17%	17.89%	-16.40%	-1.44%
BENS INTERMEDIARIOS	17.60%	40.29%	47.94%	128.92%	18.99%	172.39%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	21.26%	34.67%	39.73%	63.08%	14.59%	86.68%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	15.18%	1.62%	2.50%	-89.33%	54.32%	-83.53%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	31.14%	19.87%	20.66%	-36.19%	3.98%	-33.65%
BENS DE CONSUMO	13.64%	19.60%	24.34%	43.70%	24.18%	78.45%
T O T A L	14.87%	21.55%	26.16%	44.92%	21.39%	75.92%

T A B E L A 19

TAXA DE PENETRACAO DAS IMPORTACOES

a partir dos valores correntes

INDUSTRIA	IMPORTACOES / (PROD-EXP+IMP)			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	7.81%	11.77%	15.09%	50.70%	28.21%	93.21%
ENERGIA	18.50%	30.21%	18.58%	63.30%	-38.50%	0.43%
BENS INTERMEDIARIOS	19.60%	25.24%	31.44%	28.78%	24.56%	60.41%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	22.57%	28.61%	39.23%	26.76%	37.12%	73.81%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	25.35%	40.44%	61.01%	59.53%	50.87%	140.67%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	16.91%	27.40%	38.61%	62.03%	40.91%	128.33%
BENS DE CONSUMO	10.82%	19.00%	25.57%	75.60%	34.58%	136.32%
T O T A L	15.47%	21.81%	25.59%	40.98%	17.33%	65.42%

T A B E L A 20

TAXA DE PENETRACAO DAS IMPORTACOES

a partir dos valores constantes de 1980

INDUSTRIA	IMPORTACOES / (PROD-EXP+IMP)			VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA		
	1970	1979	1988	70/79	79/88	70/88
AGRICOLAS E ALIMENTARES	7.01%	11.28%	16.31%	60.91%	44.59%	132.67%
ENERGIA	34.44%	35.09%	30.84%	1.89%	-12.11%	-10.45%
BENS INTERMEDIARIOS	19.67%	25.33%	33.74%	28.77%	33.20%	71.53%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	18.51%	27.75%	38.82%	49.92%	39.89%	109.72%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	24.12%	39.92%	61.87%	65.51%	54.98%	156.51%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	15.85%	26.16%	38.85%	65.05%	48.51%	145.11%
BENS DE CONSUMO	9.18%	18.63%	26.81%	102.94%	43.91%	192.05%
T O T A L	19.01%	24.82%	31.08%	30.56%	25.22%	63.47%

T A B E L A 21

PARTICIPACAO RELATIVA DAS EXPORTACOES POR PRODUTO E REGIAO
NO TOTAL DAS EXPORTACOES INDUSTRIAIS

SETOR	1980	1987	VARIACAO
AGRICOLAS E ALIMENTARES	10.50%	9.80%	-6.67%
1 CEE	5.30%	6.20%	16.98%
1 OCDE s/ CEE	1.20%	1.30%	8.33%
1 MUNDO s/ OCDE	3.90%	2.30%	-41.03%
ENERGIA	4.40%	2.40%	-45.45%
2 CEE	2.50%	1.60%	-36.00%
2 OCDE s/ CEE	1.00%	0.50%	-50.00%
2 MUNDO s/ OCDE	0.90%	0.20%	-77.78%
BENS INTERMEDIARIOS	31.10%	29.50%	-5.14%
3 CEE	18.30%	18.50%	1.09%
3 OCDE s/ CEE	5.00%	5.70%	14.00%
3 MUNDO s/ OCDE	7.70%	5.30%	-31.17%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	23.00%	25.50%	10.87%
4 CEE	9.30%	12.00%	29.03%
4 OCDE s/ CEE	3.70%	5.70%	54.05%
4 MUNDO s/ OCDE	10.00%	7.80%	-22.00%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	1.10%	1.50%	36.36%
5 CEE	0.80%	1.10%	37.50%
5 OCDE s/ CEE	0.10%	0.20%	100.00%
5 MUNDO s/ OCDE	0.20%	0.20%	0.00%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	14.70%	14.80%	0.68%
6 CEE	8.90%	10.10%	13.48%
6 OCDE s/ CEE	1.90%	2.30%	21.05%
6 MUNDO s/ OCDE	3.90%	2.40%	-38.46%
BENS DE CONSUMO	15.30%	16.50%	7.84%
7 CEE	8.50%	8.80%	3.53%
7 OCDE s/ CEE	3.10%	4.00%	29.03%
7 MUNDO s/ OCDE	3.70%	3.70%	0.00%
TOTAL DA INDUSTRIA	100.00%	100.00%	0.00%
CEE	53.70%	58.20%	8.38%
OCDE s/ CEE	15.90%	19.80%	24.53%
MUNDO s/ OCDE	30.40%	22.00%	-27.63%

ORDENACAO DA VARIACAO ENTRE 80 E 87

SETOR	VARIACAO
5 OCDE s/ CEE	100.00%
4 OCDE s/ CEE	54.05%
5 CEE	37.50%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	36.36%
4 CEE	29.03%
7 OCDE s/ CEE	29.03%
6 OCDE s/ CEE	21.05%
1 CEE	16.98%
3 OCDE s/ CEE	14.00%
6 CEE	13.48%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	10.87%
1 OCDE s/ CEE	8.33%
BENS DE CONSUMO	7.84%
7 CEE	3.53%
3 CEE	1.09%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	0.68%
5 MUNDO s/ OCDE	0.00%
7 MUNDO s/ OCDE	0.00%
BENS INTERMEDIARIOS	-5.14%
AGRICOLAS E ALIMENTARES	-6.67%
4 MUNDO s/ OCDE	-22.00%
3 MUNDO s/ OCDE	-31.17%
2 CEE	-36.00%
6 MUNDO s/ OCDE	-38.46%
1 MUNDO s/ OCDE	-41.03%
ENERGIA	-45.45%
2 OCDE s/ CEE	-50.00%
2 MUNDO s/ OCDE	-77.78%

CEE: Dinamarca, Espanha, Gra-Bretanha, Grecia, Irlanda, Italia, Holanda, Portugal, Alemanha e UERL.

FORTE: Elaborado a partir de dados de: Rapport sur les comptes de la nation, 1987, tome 2 - LES COLLECTIONS DE L'INSEE

T A B E L A 22

PARTICIPACAO RELATIVA DAS IMPORTACOES POR PRODUTO E REGIAO
NO TOTAL DAS IMPORTACOES INDUSTRIAIS

SETOR	1980	1987	VARIACAO
AGRICOLAS E ALIMENTARES	7.00%	8.00%	14.29%
1 CEE	4.20%	5.40%	28.57%
1 OCDE s/ CEE	0.80%	0.80%	0.00%
1 MUNDO s/ OCDE	2.00%	1.80%	-10.00%
ENERGIA	28.10%	11.20%	-60.14%
2 CEE	3.80%	3.40%	-10.53%
2 OCDE s/ CEE	1.50%	1.30%	-13.33%
2 MUNDO s/ OCDE	22.80%	6.60%	-71.05%
BENS INTERMEDIARIOS	26.80%	27.60%	2.99%
3 CEE	17.50%	19.30%	10.29%
3 OCDE s/ CEE	5.60%	5.50%	-1.79%
3 MUNDO s/ OCDE	3.70%	2.70%	-27.03%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	16.50%	22.70%	37.58%
4 CEE	9.90%	12.60%	27.27%
4 OCDE s/ CEE	5.90%	8.20%	38.98%
4 MUNDO s/ OCDE	0.70%	1.90%	171.43%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	2.00%	3.00%	50.00%
5 CEE	1.20%	1.60%	33.33%
5 OCDE s/ CEE	0.60%	0.80%	33.33%
5 MUNDO s/ OCDE	0.20%	0.50%	150.00%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	6.60%	10.40%	57.58%
6 CEE	5.60%	8.80%	57.14%
6 OCDE s/ CEE	0.80%	1.20%	50.00%
6 MUNDO s/ OCDE	0.20%	0.40%	100.00%
BENS DE CONSUMO	12.90%	17.10%	32.56%
7 CEE	8.30%	10.90%	31.33%
7 OCDE s/ CEE	2.10%	2.40%	14.29%
7 MUNDO s/ OCDE	2.50%	3.80%	52.00%
TOTAL DA INDUSTRIA	100.00%	100.00%	0.00%
CEE	50.40%	61.90%	22.82%
OCDE s/ CEE	17.50%	20.30%	16.00%
MUNDO s/ OCDE	32.10%	17.80%	-44.55%

ORDENACAO DA VARIACAO ENTRE 80 E 87

SETOR	VARIACAO
4 MUNDO s/ OCDE	171.43%
5 MUNDO s/ OCDE	150.00%
6 MUNDO s/ OCDE	100.00%
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	57.58%
6 CEE	57.14%
7 MUNDO s/ OCDE	52.00%
6 OCDE s/ CEE	50.00%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	50.00%
4 OCDE s/ CEE	38.98%
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	37.58%
5 OCDE s/ CEE	33.33%
5 CEE	33.33%
BENS DE CONSUMO	32.56%
7 CEE	31.33%
1 CEE	28.57%
4 CEE	27.27%
7 OCDE s/ CEE	14.29%
AGRICOLAS E ALIMENTARES	14.29%
3 CEE	10.29%
BENS INTERMEDIARIOS	2.99%
1 OCDE s/ CEE	0.00%
3 OCDE s/ CEE	-1.79%
1 MUNDO s/ OCDE	-10.00%
2 CEE	-10.53%
2 OCDE s/ CEE	-13.33%
3 MUNDO s/ OCDE	-27.03%
ENERGIA	-60.14%
2 MUNDO s/ OCDE	-71.05%

CEE: Dinamarca, Espanha, Gra-Bretanha, Grecia, Irlanda, Italia, Holanda, Portugal, Alemanha e UEEL.

FONTE: Elaborado a partir de dados de: Rapport sur les comptes de la nation, 1987, tome 2 - LES COLLECTIONS DE L'INSEE

T A B E L A 23

PARTICIPACAO RELATIVA DOS DEFICITS POR PRODUTO
E REGIÃO NO TOTAL DOS DEFICITS COMERCIAIS INDUSTRIAIS

SETOR	1980			1987			VARIACAO
	1980	1987	VARIACAO	1980	1987	VARIACAO	
AGRICOLAS E ALIMENTARES	---	---	---	---	---	---	---
1 CEE	---	---	---	0.07%	*	*	---
1 OCDE s/ CEE	---	---	---	---	---	---	---
1 MUNDO s/ OCDE	---	---	---	---	---	---	---
ENERGIA	66.82%	38.97%	-41.68%	---	---	---	---
2 CEE	4.79%	8.41%	75.57%	---	---	---	---
2 OCDE s/ CEE	1.80%	3.31%	83.89%	---	---	---	---
2 MUNDO s/ OCDE	60.23%	27.25%	-54.76%	---	---	---	---
BENS INTERMEDIARIOS	5.21%	7.96%	52.78%	---	---	---	---
3 CEE	7.51%	13.63%	81.49%	---	---	---	---
3 OCDE s/ CEE	4.39%	1.99%	-54.67%	---	---	---	---
3 MUNDO s/ OCDE	---	---	---	---	---	---	---
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	---	1.55%	*	---	---	---	---
4 CEE	6.77%	8.85%	30.72%	---	---	---	---
4 OCDE s/ CEE	8.04%	13.71%	70.52%	---	---	---	---
4 MUNDO s/ OCDE	---	---	---	---	---	---	---
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	2.67%	6.95%	160.30%	---	---	---	---
5 CEE	1.33%	2.66%	100.00%	---	---	---	---
5 OCDE s/ CEE	1.32%	2.82%	113.64%	---	---	---	---
5 MUNDO s/ OCDE	0.03%	1.47%	4800.00%	---	---	---	---
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	---	---	---	---	---	---	---
6 CEE	---	---	---	---	---	---	---
6 OCDE s/ CEE	---	---	---	---	---	---	---
6 MUNDO s/ OCDE	---	---	---	---	---	---	---
BENS DE CONSUMO	1.99%	11.85%	495.48%	---	---	---	---
7 CEE	3.80%	13.47%	254.47%	---	---	---	---
7 OCDE s/ CEE	---	---	---	---	---	---	---
7 MUNDO s/ OCDE	---	2.37%	*	---	---	---	---
TOTAL DA INDUSTRIA	100.00%	100.00%	0.00%	---	---	---	---
CEE	24.20%	47.08%	94.55%	---	---	---	---
OCDE s/ CEE	15.54%	21.83%	40.48%	---	---	---	---
MUNDO s/ OCDE	60.26%	31.09%	-48.41%	---	---	---	---

SETOR	VARIACAO
1 CEE	*
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	*
7 MUNDO s/ OCDE	*
5 MUNDO s/ OCDE	4800.00%
BENS DE CONSUMO	495.48%
7 CEE	254.47%
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	160.30%
5 OCDE s/ CEE	113.64%
5 CEE	100.00%
2 OCDE s/ CEE	83.89%
3 CEE	81.49%
2 CEE	75.57%
4 OCDE s/ CEE	70.52%
BENS INTERMEDIARIOS	52.78%
4 CEE	30.72%
ENERGIA	-41.68%
3 OCDE s/ CEE	-54.67%
2 MUNDO s/ OCDE	-54.76%
1 OCDE s/ CEE	---
3 MUNDO s/ OCDE	---
6 MUNDO s/ OCDE	---
6 OCDE s/ CEE	---
4 MUNDO s/ OCDE	---
1 MUNDO s/ OCDE	---
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	---
7 OCDE s/ CEE	---
AGRICOLAS E ALIMENTARES	---
6 CEE	---

* Os asteriscos indicam que em 80 havia um superavit que se transformou em deficit em 87

CEE: Dinamarca, Espanha, Gra-Bretanha, Grecia, Irlanda, Italia, Holanda, Portugal, Alemanha e UEEL.

T A B E L A 24

PARTICIPACAO RELATIVA DOS SUPERAVITS POR PRODUTO
E REGIAO NO TOTAL DOS SUPERAVITS COMERCIAIS INDUSTRIAIS

SETOR	1980	1987	VARIACAO	ORDENACAO DA VARIACAO ENTRE 80 E 87	VARIACAO
AGRICOLAS E ALIMENTARES	8.14%	4.75%	-41.65%	1 OCDE s/ CEE	585.71%
1 CEE	0.60%	---	*	7 OCDE s/ CEE	473.68%
1 OCDE s/ CEE	0.42%	2.88%	585.71%	6 OCDE s/ CEE	79.70%
1 MUNDO s/ OCDE	7.13%	2.01%	-71.81%	3 MUNDO s/ OCDE	16.49%
ENERGIA	---	---	---	4 MUNDO s/ OCDE	6.85%
2 CEE	---	---	---	6 MUNDO s/ OCDE	-8.13%
2 OCDE s/ CEE	---	---	---	AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	-22.50%
2 MUNDO s/ OCDE	---	---	---	AGRICOLAS E ALIMENTARES	-41.65%
BENS INTERMEDIARIOS	---	---	---	1 MUNDO s/ OCDE	-71.81%
3 CEE	---	---	---	6 CEE	-91.85%
3 OCDE s/ CEE	---	---	---	4 CEE	---
3 MUNDO s/ OCDE	14.37%	16.74%	16.49%	5 CEE	---
BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	11.12%	---	*	3 OCDE s/ CEE	---
4 CEE	---	---	---	5 OCDE s/ CEE	---
4 OCDE s/ CEE	---	---	---	BENS INTERMEDIARIOS	---
4 MUNDO s/ OCDE	42.93%	45.87%	6.85%	5 MUNDO s/ OCDE	---
BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	---	---	---	BENS DE CONSUMO	---
5 CEE	---	---	---	7 CEE	---
5 OCDE s/ CEE	---	---	---	4 OCDE s/ CEE	---
5 MUNDO s/ OCDE	---	---	---	2 MUNDO s/ OCDE	---
AUTOMOB., MATERIAL DE TRANSP. TERRESTE	30.67%	23.77%	-22.50%	BENS DE EQUIPAMENTO DOMESTICO	---
6 CEE	9.45%	0.77%	-91.85%	2 OCDE s/ CEE	---
6 OCDE s/ CEE	3.99%	7.17%	79.70%	2 CEE	---
6 MUNDO s/ OCDE	17.23%	15.83%	-8.13%	3 CEE	---
BENS DE CONSUMO	---	---	---	ENERGIA	---
7 CEE	---	---	---	1 CEE	*
7 OCDE s/ CEE	1.52%	8.72%	473.68%	7 MUNDO s/ OCDE	*
7 MUNDO s/ OCDE	2.37%	---	*	BENS DE EQUIPAMENTO PROFISSIONAL	*
TOTAL DA INDUSTRIA	100.00%	100.00%	0.00%		
CEE	10.05%	0.77%	-92.34%		
OCDE s/ CEE	5.93%	18.78%	216.69%		
MUNDO s/ OCDE	84.03%	80.46%	-4.25%		

* Os asteriscos indicam que em 80 havia um superavit que se transformou em deficit em 87

CEE: Dinamarca, Espanha, Gra-Bretanha, Grecia, Irlanda, Italia, Holanda, Portugal, Alemanha e UEEL.

FONTE: Elaborado a partir de dados de: Rapport sur les comptes de la nation, 1987, tome 2 - LES COLLECTIONS DE L'INSEE

T A B E L A 25

ESTRUTURA DAS EXPORTACOES POR REGIAO / PAIS DE DESTINO
(Participacao relativa de cada regioao ou pais)

REGIAO / PAIS	1981	1987	VARIACAO
C.E.E.	52.00%	60.40%	16.15%
DINAMARCA	0.70%	0.90%	28.57%
ESPAHHA	2.90%	5.30%	82.76%
GRA-BRETANHA	7.10%	8.80%	23.94%
GRECIA	1.00%	0.80%	-20.00%
IRLANDA	0.50%	0.40%	-20.00%
ITALIA	11.30%	12.10%	7.08%
HOLANDA	4.40%	5.10%	15.91%
PORTUGAL	1.00%	1.10%	10.00%
ALEMANHA	14.80%	16.60%	12.16%
U.E.B.L.	8.30%	9.30%	12.05%
O.C.D.E. fora da C.E.E.	16.00%	18.80%	17.50%
ESTADOS UNIDOS	5.50%	7.30%	32.73%
JAPAO	1.00%	1.50%	50.00%
SUICA	4.30%	4.30%	0.00%
OUTROS O.C.D.E.	5.20%	5.70%	9.62%
PAISES fora da O.C.D.E.	30.30%	18.40%	-39.27%
DO LESTE	4.30%	2.80%	-34.88%
O.P.E.P.	10.80%	4.30%	-60.19%
OUTROS PAISES	15.30%	11.40%	-25.49%
D.O.M. - T.O.M.	1.60%	2.40%	50.00%
T O T A L	100.00%	100.00%	

ORDENACAO DA VARIACAO DA
PARTICIPACAO RELATIVA

REGIAO / PAIS	VARIACAO
ESPAHHA	82.76%
D.O.M. - T.O.M.	50.00%
JAPAO	50.00%
ESTADOS UNIDOS	32.73%
DINAMARCA	28.57%
GRA-BRETANHA	23.94%
O.C.D.E. fora da C.E.E.	17.50%
C.E.E.	16.15%
HOLANDA	15.91%
ALEMANHA	12.16%
U.E.B.L.	12.05%
PORTUGAL	10.00%
OUTROS O.C.D.E.	9.62%
ITALIA	7.08%
SUICA	0.00%
GRECIA	-20.00%
IRLANDA	-20.00%
OUTROS PAISES	-25.49%
DO LESTE	-34.88%
PAISES fora da O.C.D.E.	-39.27%
O.P.E.P.	-60.19%

FONTE: Elaborado a partir de dados de: Rapport sur les comptes de la nation, 1987, tome 2 - LES COLLECTIONS DE L'INSEE

T A B E L A 26

ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES POR REGIÃO / PAÍS DE DESTINO
(Participação relativa de cada região ou país)

ORDENACÃO DA VARIACÃO DA
PARTICIPACÃO RELATIVA

REGIÃO / PAÍS	1981	1987	VARIACÃO
C.E.E.	48.30%	61.10%	26.50%
DINAMARCA	0.60%	0.90%	50.00%
ESPAÑA	2.70%	4.40%	62.96%
GRA-BRETANHA	5.50%	7.10%	29.09%
GRECIA	0.50%	0.40%	-20.00%
IRLANDA	0.50%	0.80%	60.00%
ITALIA	9.00%	11.70%	30.00%
HOLANDA	5.80%	5.60%	-3.45%
PORTUGAL	0.40%	1.00%	150.00%
ALEMANHA	15.90%	19.80%	24.53%
U.E.B.L.	7.50%	9.40%	25.33%
O.C.D.E. fora da C.E.E.	18.00%	19.90%	10.56%
ESTADOS UNIDOS	8.10%	7.20%	-11.11%
JAPÃO	2.30%	3.80%	65.22%
SUICA	2.10%	2.50%	19.05%
OUTROS O.C.D.E.	5.40%	6.50%	20.37%
PAÍSES fora da O.C.D.E.	33.30%	18.70%	-43.84%
DO LESTE	4.60%	3.50%	-23.91%
O.P.E.P.	18.40%	4.40%	-76.09%
OUTROS PAÍSES	10.40%	10.80%	3.85%
D.O.M. - T.O.M.	0.40%	0.30%	-25.00%
T O T A L	100.00%	100.00%	

REGIÃO / PAÍS	VARIACÃO
PORTUGAL	150.00%
JAPÃO	65.22%
ESPAÑA	62.96%
IRLANDA	60.00%
DINAMARCA	50.00%
ITALIA	30.00%
GRA-BRETANHA	29.09%
C.E.E.	26.50%
U.E.B.L.	25.33%
ALEMANHA	24.53%
OUTROS O.C.D.E.	20.37%
SUICA	19.05%
O.C.D.E. fora da C.E.E.	10.56%
OUTROS PAÍSES	3.85%
HOLANDA	-3.45%
ESTADOS UNIDOS	-11.11%
GRECIA	-20.00%
DO LESTE	-23.91%
D.O.M. - T.O.M.	-25.00%
PAÍSES fora da O.C.D.E.	-43.84%
O.P.E.P.	-76.09%

FONTE: Elaborado a partir de dados de: Rapport sur les comptes de la nation, 1987, tome 2 - LES COLLECTIONS DE L'INSEE

T A B E L A 27

ESTRUTURA DAS DEFICITS POR REGIAO / PAIS DE DESTINO
 NO TOTAL DOS DEFICITS COMERCIAIS INDUSTRIAIS

REGIAO / PAIS	1981	1987	VARIACAO	ORDENACAO DA VARIACAO DA PARTICIPACAO RELATIVA	VARIACAO
C.E.E.	19.94%	44.14%	121.36%	ITALIA	*
DINAMARCA	0.25%	0.50%	100.00%	OUTROS PAISES	*
ESPAHA	1.31%	---	**	IRLANDA	738.89%
GRA-BRETANHA	----	---	---	U.E.B.L.	205.58%
GRECIA	---	---	---	JAPAO	172.25%
IRLANDA	0.36%	3.02%	738.89%	C.E.E.	121.36%
ITALIA	---	5.20%	*	ALEMANHA	119.08%
HOLANDA	8.98%	7.25%	-19.27%	DINAMARCA	100.00%
PORTUGAL	---	---	---	OUTROS O.C.D.E.	97.46%
ALEMANHA	15.20%	33.30%	119.08%	DO LESTE	60.51%
U.E.B.L.	2.15%	6.57%	205.58%	O.C.D.E. fora da C.E.E.	3.44%
O.C.D.E. fora da C.E.E.	19.79%	20.47%	3.44%	HOLANDA	-19.27%
ESTADOS UNIDOS	15.39%	3.90%	-74.66%	PAISES fora da O.C.D.E.	-59.84%
JAPAO	6.27%	17.07%	172.25%	ESTADOS UNIDOS	-74.66%
SUICA	---	---	---	O.P.E.P.	-91.77%
OUTROS O.C.D.E.	4.73%	9.34%	97.46%	SUICA	---
PAISES fora da O.C.D.E.	34.46%	13.84%	-59.84%	PORTUGAL	---
DO LESTE	4.28%	6.87%	60.51%	GRECIA	---
O.P.E.P.	41.09%	3.38%	-91.77%	GRA-BRETANHA	---
OUTROS PAISES	---	3.59%	*	D.O.M. - T.O.M.	---
D.O.M. - T.O.M.	---	---	---	ESPAHA	**
T O T A L	100.00%	100.00%			

* Os asteriscos indicam que em 81 havia um superavit que se transformou em deficit em 87.

** Os asteriscos indicam que em 81 havia um deficit que se transformou em superavit em 87.

T A B E L A 28

ESTRUTURA DAS SUPERAVITS POR REGIAO / PAIS DE DESTINO
NO TOTAL DOS SUPERAVITS COMERCIAIS INDUSTRIAIS

REGIAO / PAIS	1981	1987	VARIACAO
C.E.E.	---	---	---
DINAMARCA	---	---	---
ESPAHHA	---	9.22%	**
GRA-BRETANHA	7.64%	18.48%	141.88%
GRECIA	5.78%	5.79%	0.17%
IRLANDA	---	---	---
ITALIA	8.58%	---	*
HOLANDA	---	---	---
PORTUGAL	5.80%	0.08%	-98.62%
ALEMANHA	---	---	---
U.E.B.L.	---	---	---
O.C.D.E. fora da C.E.E.	---	---	---
ESTADOS UNIDOS	---	---	---
JAPAO	---	---	---
SUICA	22.01%	28.19%	28.08%
OUTROS O.C.D.E.	---	---	---
PAISES fora da O.C.D.E.	---	---	---
DO LESTE	---	---	---
O.P.E.P.	---	---	---
OUTROS PAISES	36.48%	---	*
D.O.M. - T.O.M.	13.71%	38.23%	178.85%
T O T A L	100.00%	100.00%	

ORDENACAO DA VARIACAO DA
PARTICIPACAO RELATIVA

REGIAO / PAIS	VARIACAO
ESPAHHA	**
D.O.M. - T.O.M.	178.85%
GRA-BRETANHA	141.88%
SUICA	28.08%
GRECIA	0.17%
PORTUGAL	-98.62%
O.C.D.E. fora da C.E.E.	---
ESTADOS UNIDOS	---
DO LESTE	---
JAPAO	---
IRLANDA	---
DINAMARCA	---
U.E.B.L.	---
OUTROS O.C.D.E.	---
C.E.E.	---
O.P.E.P.	---
ALEMANHA	---
HOLANDA	---
PAISES fora da O.C.D.E.	---
ITALIA	*
OUTROS PAISES	*

* Os asteriscos indicam que em 81 havia um superavit que se transformou em deficit em 87.

** Os asteriscos indicam que em 81 havia um deficit que se transformou em superavit em 87.

BIBLIOGRAFIA

- Arena, R. et alii (org.). (1988) - *Traité d'économie industrielle*. Paris, Economica.
- Bellon, B. (1983) - "La reconquête du marché extérieur", *Revue d'économie industrielle*, n° 23.
- Bertrand, H. (1986) - "France: modernisations et piétinements" in: Boyer, R.(org.) - *Capitalismes fin de siècle*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Brémont, J. e Gélédan, A. (1981) - *Dictionnaire économique et social*. Paris, Hatier.
- Brémont, J. e Gélédan, A. (1984) - *Dictionnaire des théories et mécanismes économiques*. Paris, Hatier.
- Cendron, J.P. et alii. (1982) - *Economie et société françaises*. Paris, Fernand Nathan.
- CEPII. (1983) - *Economie mondiale: la montée des tensions*, capítulos 1 e 2. Paris, Economica.
- Davie, A. (1987) - *Les politiques industrielles: libéralisme ou intervention de l'Etat*, capítulo 5. Paris, Hatier.
- DeWitt, F. (1983) - "French industrial policy from 1945-1981: an assessment." in Adams, F.G. e Klein, L.R. (org) (1983) - *Industrial policies for growth and competitiveness*. Toronto, Lexington Books.
- DOCUMENTATION FRANÇAISE. (1982) - *Une politique industrielle pour la France; Actes des journées de travail des 15 et 16 novembre 1982* Paris, La Documentation Française.

- Holcblat, N. e Husson, M. (1990) - *L'industrie française*. Paris, La Découverte.
- Humbert, M. (1983) - "Quelle politique industrielle nationale face à l'économie mondiale?," *Revue d'économie industrielle* n° 23.
- INSEE. (1987) - *Rapport sur les comptes de la Nation*, Tome 2. LES COLLECTIONS DE L'INSEE. Paris.
- INSEE. (1989) - *Les comptes nationaux trimestriels*, Economie Générale. Cole çã INSEE RESULTATS, N°6. Paris.
- Jousselin, B. (1986) - "Production e commerce des biens manufacturés: quels changements dans la carte mondiale?" in: CEPII (1986), *Industrie mondiale: la compétitivité à tout prix*. Paris, Economica.
- Lipietz, A. (1987) - *Socialistes et libéraux face à la crise de l'économie mixte*. Paris, CEPREMAP.
- Miranda J.C.R. e Mathieu, C.M. (1987) - "Frana, aspectos estruturais e de política industrial", in Suzigan, W. (org) *Aspectos estruturais e de política industrial para a competitividade da indústria em países seleccionados*, BNDES/FECAMP, parte B.
- Morvan, Y. (1983) - "La politique industrielle française depuis la Libération: quarante années d'interventions et d'ambiguïtés..." *Revue d'économie industrielle* n° 23.
- Orléan, A. (1985) - "L'insertion dans les échanges internationaux: comparaison de cinq grands pays développés."
- Soulage, B. e Thiery S.P. (1983) - "Quelles institutions pour une nouvelle politique industrielle.," *Revue d'économie industrielle*, n° 23.

